

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FFCLRP – DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

O legado de Merleau-Ponty para o estudo das implicações entre a formação de vínculos intersubjetivos na primeira infância e o desenvolvimento da afetividade humana

Paulo Vinicius Bachette Alves Viana

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Ciências, Área de Concentração: “Psicologia: Processos Culturais e Subjetivação”

Ribeirão Preto - SP

2018



PAULO VINICIUS BACHETTE ALVES VIANA

O legado de Merleau-Ponty para o estudo das implicações entre a formação de vínculos intersubjetivos na primeira infância e o desenvolvimento da afetividade humana

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Ciências

Área de Concentração: “Psicologia: Processos Culturais e Subjetivação”

Orientador: Prof. Dr. Reinaldo Furlan

Ribeirão Preto – SP

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Viana, Paulo Vinicius Bachette Alves

O legado de Merleau-Ponty para o estudo das implicações entre a formação de vínculos intersubjetivos na primeira infância e o desenvolvimento da afetividade humana. Ribeirão Preto, 2018.

76 p.; 30 cm

Dissertação de Mestrado, apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP. Área de concentração: Psicologia: Processos Culturais e Subjetivação.

Orientador: Furlan, Reinaldo

1. Maurice Merleau-Ponty.
2. Desenvolvimento.
3. Afetividade.

## FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: Viana, Paulo Vinicius Bachette Alves Viana

Título: O legado de Merleau-Ponty para o estudo das implicações entre a formação de vínculos intersubjetivos na primeira infância e o desenvolvimento da afetividade humana

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP para a obtenção do título de Mestre em Ciências

Aprovado em: \_\_\_\_\_

### Banca Examinadora

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_



Dedico este trabalho à minha querida avó Mercedes (*in memoriam*).





## **Agradecimentos**

À minha avó Mercedes, por todos os aprendizados, pelo cuidado, incentivo e confiança, desde sempre.

Aos meus pais, Altair Alves Viana e Ione Bachette, pelo incentivo à busca pelo conhecimento e pelo apoio fundamental em minha trajetória de vida.

Aos meus irmãos Tiago e Daniela, pela sempre valiosa amizade.

A todos os demais familiares e amigos que se fizeram presentes ao longo deste percurso.

Ao meu orientador Prof. Dr. Reinaldo Furlan, em gratidão pela orientação, pelo incentivo à pesquisa e à filosofia e pelas oportunidades de aprendizado.

Ao Prof. Dr. Danilo Saretta Verissimo e à Profa. Dra. Kátia de Souza Amorim, pela leitura criteriosa da versão preliminar deste trabalho, no exame de qualificação, e pelas devolutivas significativas para o desenvolvimento final dele.

À Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP – USP) e todos seus funcionários, pelo apoio institucional oferecido.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001



“No amor, e apenas neste, a pessoa é capaz de experienciar, como uma totalidade, a finitude e o infinito, o fato e a essência... Nele se realiza o verdadeiro “nós”, no qual cada parceiro é criador e simultaneamente ativo e passivo, masculino e feminino... Esta inconcebível e inexplicável qualidade do amor é um mistério que se realiza no duplo milagre de amar e ser amado.”

(Binswanger)



## RESUMO

Viana, P. V. B. A. (2018). *O legado de Merleau-Ponty para o estudo das implicações entre a formação de vínculos intersubjetivos na primeira infância e o desenvolvimento da afetividade humana*. (Dissertação de Mestrado). Departamento de Psicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

Na psicologia do desenvolvimento tem-se realizado pesquisas que buscam investigar os processos desenvolvimentais em suas dimensões cognitivas, sociais e biológicas em todo o ciclo da vida. Nesse contexto o presente trabalho buscou evidenciar o papel da afetividade como dimensão fundamental no processo desenvolvimental do sujeito, através da investigação das implicações entre a formação de vínculos intersubjetivos na primeira infância e o desenvolvimento da afetividade humana à partir do legado da obra de Merleau-Ponty. À vista disso, a presente investigação baseou-se nos estudos de Merleau-Ponty sobre a psicologia do desenvolvimento infantil, nomeadamente o diálogo que o filósofo estabeleceu em seus trabalhos com Henri Wallon e com a perspectiva psicanalítica. Também foi a proposta deste trabalho, prolongar esse diálogo com produções mais recentes nessas áreas citadas. Neste sentido, encontramos na *Fenomenologia da Percepção* de Merleau-Ponty e nos trabalhos sobre a emergência da consciência em Rochat (2002) descrições sobre a experiência afetiva do recém-nato em que esta é representada por um o “Si” corporal sustentado por funções anônimas e por uma experiência de generalidade. O egocentrismo infantil, sobretudo nas considerações de Bimbenet (2002), é entendido nesse contexto como uma experiência de abertura radical da criança ao mundo, fundada em uma relação de *Ineinander*, ou seja, de inerência e de mútua penetração de corpos entendida como uma experiência de indistinção baseada em uma intercorporeidade. Essa circunstância manifestaria-se sobretudo, nas considerações apresentadas por Meltzoff e Gallager (1996), Wallon (1959) e Bimbenet (2011) no âmbito das imitações neonatais em que estas são apresentadas em seu caráter não funcionalista e de identificação em profundidade com o outro, expressando-se como a manifestação privilegiada de um descentramento originário. Nesse sentido chegou-se a proposição de que tais fenômenos seriam sustentados por uma “*mimesis*”, uma vez que esta expressaria uma relação de ser dentro de uma perspectiva ontológica em que a alteridade tem destaque. O conceito de prematuração é apresentado por Merleau-Ponty (1949-52/2010), Bimbenet (2002) e Lacan (1984) nesse contexto como a expressão de uma relação de um exterior constitutivo do interior em que a ênfase recai nas relações da criança com o adulto, nomeadamente com a mãe. A “*mimesis*” se expressaria nesse contexto em um investimento afetivo, que seria deflagrado através de um processo identificatório com o representante materno, que passaria a expressar uma condição narcísica e da formação de uma imagem corporal pela criança e a decorrente assunção desta enquanto sujeito portador de uma vida oficial.

Palavras-chave: Maurice Merleau-Ponty, Desenvolvimento, Afetividade



## ABSTRACT

Viana, P. V. B. A. (2018). *Merleau-Ponty's legacy for the study of the implications between the formation of intersubjective bonds in early childhood and the development of human affectivity*. (Dissertação de Mestrado). Departamento de Psicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

In developmental psychology research has been carried out to investigate developmental processes in their cognitive, social and biological dimensions throughout the life cycle. In this context, the present work sought to highlight the role of affectivity as a fundamental dimension in the developmental process of the subject, through the investigation of the implications between the formation of intersubjective bonds in early childhood and the development of human affectivity from the legacy of Merleau-Ponty's work. Thus, the present investigation was based on Merleau-Ponty's studies on the psychology of child development, namely the dialogue that the philosopher established in his works with Henri Wallon and with the psychoanalytic perspective. It was also the proposal of this work, to prolong this dialogue with more recent productions in these areas. In this sense, we find in the *Phenomenology of the Perception* of Merleau-Ponty and in the works on the emergence of consciousness in Rochat (2002) descriptions about the affective experience of the newborn in which it's represented by a bodily "Self" sustained by anonymous functions and by an experience of generality. The child egocentrism, especially in the considerations of Bimbenet (2002), is understood in this context as an experience of radical opening of the child to the world, founded on an *Ineinander* relation, that is, of inherency and mutual penetration of bodies, understood as an experience of indistinction based on an intercorporeity. This circumstance would be manifested mainly by Meltzoff and Gallager (1996), Wallon (1959) and Bimbenet (2011) considerations in the context of neonatal imitations in which they are presented in their non-functional character and in-depth identification to the other, expressing itself as the privileged manifestation of an original decentering. In this sense, it has been proposed that such phenomena would be supported by a "*mimesis*", since it would express a relation of being within an ontological perspective in which the otherness stands out. The concept of prematurity is presented by Merleau-Ponty (1949-52 / 2010), Bimbenet (2002) and Lacan (1984) in this context as the expression of a relation of an exterior which is constitutive of the interior and in which the emphasis falls on the relations of the child with the adult, especially with the mother. The "*mimesis*" would be expressed in this context as an affective investment, which would be triggered by an identification process with the maternal representative, which would begin to express a narcissistic condition and the formation of a corporal image by the child and the consequent assumption of this child as a subject who sustains an official life.

Keywords: Maurice Merleau-Ponty, Development, Affectivity.





## Sumário

Introdução: A dimensão afetiva no contexto dos estudos em psicologia do desenvolvimento .....	1
1. Comentários sobre a noção de desenvolvimento nos cursos de Merleau-Ponty na Sorbonne.....	7
1.1. A dimensão afetiva entendida através da perspectiva desenvolvimental. ....	11
2. O caráter arqueológico e anônimo da experiência infantil inicial .....	18
2.1. O si corporal como experiência anônima e de generalidade .....	22
2.2. O egocentrismo infantil como uma experiência de abertura radical ao mundo .....	29
2.3. A expressão dos afetos na experiência infantil inicial .....	30
3. A distinção entre os domínios interno e externo na experiência infantil inicial .....	31
3.1. Crítica de Merleau-Ponty aos pressupostos clássicos da relação com a alteridade.....	31
3.2. A imitação neonatal e a discriminação dos domínios interno e externo da experiência.....	33
3.3. Introdução dos conceitos de esquema corporal e imagem corporal .....	35
4. O entrecruzamento das dimensões de generalidade e pessoalidade na experiência infantil .....	36
4.1. Sexualidade coextensiva aos demais domínios da existência .....	36
4.2. Intencionalidade corporal e investimento afetivo.....	38
4.3. Estrutura estesiológica do corpo e as relações de ser.....	44
5. A afetividade nas relações da criança com o a alteridade e na assunção do corpo próprio.....	46
5.1. A prematuração e a antecipação das formas de vida adulta pela criança .....	46
5.2. A reorganização da experiência infantil inicial pela via da sedução e da identificação .....	48
5.3. Indivisão e <i>mimesis</i> no contexto da experiência originária .....	52
5.4. Indivisão e <i>mimesis</i> no contexto da identificação feminina primária .....	61
5.5. A assunção do corpo próprio pela via da imagem corporal.....	68
6. Considerações finais.....	69
Referências Bibliográficas .....	71



## **Introdução: A dimensão afetiva no contexto dos estudos em psicologia do desenvolvimento**

A psicologia do desenvolvimento tem realizado pesquisas que buscam investigar os processos desenvolvimentais em suas dimensões cognitivas, sociais e biológicas em todo o ciclo da vida. Entre os principais assuntos investigados nesse âmbito encontram-se: questões epistemológicas, constituição da subjetividade e do sujeito, processos de desenvolvimento no ciclo vital, desenvolvimento cognitivo e da linguagem, desenvolvimento afetivo e sócio-cognitivo, gênero e desenvolvimento, desenvolvimento e saúde (Mota, 2005). Embora observe-se a presença de um segmento de estudos que envolva o domínio da afetividade entre os acima destacados, verifica-se que esta perspectiva tem enfatizado em suas investigações sobretudo aspectos educacionais e sócio-cognitivos (Almeida, 1999; Arantes, 2003; Sisto; Boruchovitch & Fini, 2001; Tassoni, 2000).

Nesse sentido salienta-se que é possível observar no contexto da produção científica direcionada ao fenômeno afetivo, em sua perspectiva desenvolvimental, a presença de duas vertentes. Uma delas tem adotado, de acordo com o levantamento realizado por esses autores acima citados, uma perspectiva voltada prioritariamente aos aspectos práticos ligados à afetividade, de modo que tem mantido certa lateralidade em referência à discussões que tratem desse fenômeno de maneira mais aprofundada. Assim, essas discussões têm permanecido nessa primeira perspectiva assinalada, salvo possíveis excessões existentes, como pano de fundo para discussões outras como da aprendizagem, do desenvolvimento cognitivo, etc.

Já a segunda vertente identificada, na qual o presente trabalho buscou se inscrever, é aquela em que esses conteúdos pertinentes ao domínio afetivo são abordados de maneira mais direta e aprofundada a partir desses mesmos dados empíricos obtidos pela vertente anterior. E entre os trabalhos pertinentes a essa segunda perspectiva destacamos os estudos que Henri Wallon e Philippe Rochat desenvolveram em torno da afetividade e do desenvolvimento infantil. Salienta-se que o primeiro situa-se como autor de referência para os estudos da área, sendo muitas vezes retomado por Merleau-Ponty em suas análises da condição infantil presentes nomeadamente nos cursos da Sorbonne sobre a Psicologia e a Pedagogia da Infância e o segundo, como uma referência mais recente em relação a esse campo nomeadamente a partir de seus textos sobre a *Naissance De La Co-Conscience* (2002/2010), texto em que trata do co-nascimento da consciência a partir da

relação com a alteridade e que utilizamos como embasamento para os estudos desenvolvidos na presente dissertação.

Assim, em consonância com essa segunda perspectiva de estudos apontada, pontua-se que, mesmo reconhecendo a relevância que uma perspectiva mais pragmática em torno dos estudos referentes ao domínio afetivo possui, dado os seus propósitos e usos, optamos no presente trabalho, por uma abordagem direta sobre as possíveis implicações teóricas e filosóficas do fenômeno afetivo dentro do contexto das vinculações humanas como prolongamento dos estudos empíricos de forma a proceder um mapeamento e uma atualização das formulações e proposições referentes a esse fenômeno.

Pontua-se que a presente pesquisa, por ser de caráter teórico, não se inscreveu no domínio de um cientificismo radicalizado, em que “as pesquisas teóricas são vistas pelos psicólogos-cientistas como “pseudopesquisas” inócuas e, portanto, dispensáveis para uma psicologia verdadeiramente científica” (Laurenti; Lopes; Araújo, 2016 p.28) nem afiliou-se a um realismo teórico baseado na suposição da existência de uma plena harmonia entre pesquisa empírica e pesquisa teórica, esta última sendo composta por um conjunto “fechado” de pressupostos (um tipo de realidade), que seriam descobertos ou desvelados pela pesquisa em uma “harmonia assentada na subordinação da pesquisa teórica aos resultados da pesquisa empírica” (Laurenti; Lopes; Araújo, 2016 p.28).

Tampouco a investigação teórica aqui proposta adotou um posicionamento anticientífico exacerbado, o qual culminaria, de acordo com esses mesmos autores em “um irracionalismo que torna a pesquisa teórica um fim em si mesma, sem qualquer relação com pesquisas empíricas”(Laurenti; Lopes; Araújo, 2016 p.30) ou apoiou-se no viés de Psicologias subjetivistas mais ponderadas, que embora não fomentem pesquisas teóricas interessadas na desqualificação da ciência moderna, acabam por reiterar uma série de dicotomias, como ciências naturais *versus* ciências humanas, métodos quantitativos *versus* métodos qualitativos, explicação *versus* compreensão, etc.

Assinala-se, no entanto, dadas essas colocações, que a opção metodológica aqui adotada também não fiou-se no abandono da produção empírica em favor da pesquisa teórica em uma tentativa de apagamento da relação conflituosa entre pesquisas empíricas e teóricas e ao contrário disso, buscou fomentá-las. De modo que procurou-se, a partir dessa relação, meios de equilibrar os aspectos empíricos e teóricos-filosóficos que foram apresentados e discutidos, com vistas a estabelecer uma convivência em que ambos se complementassem e se corrigissem.

Dessa maneira, tendo em vista o propósito da presente investigação, destaca-se

que buscamos investigar o tema das vinculações e da afetividade dentro da produção filosófica de Merleau-Ponty, nomeadamente em seus cursos ministrados na Sorbonne entre 1949 e 1952 sobre a psicologia do desenvolvimento infantil, os quais deram origem ao livro 1) “*Psychologie et Pédagogie de L'enfant*” (*Child Psychology And Pedagogy* na tradução inglesa que utilizamos)

Ainda no contexto da investigação proposta destacamos que também estiveram presentes nas discussões levantadas no andamento desse trabalho conteúdos presentes na obra 2) *A Fenomenologia da Percepção* (1999) e 3) nos resumos de curso no Collège de France, intitulado *A Natureza* (na tradução brasileira), que trouxeram fundamentos fenomenológicos importantes sobre a intersubjetividade e a afetividade. Pontua-se que o presente trabalho além de fundamentar-se nesses estudos de Merleau-Ponty citados, também beneficiou-se das contribuições de alguns filósofos contemporâneos como Jean Luc Marion, Etienne Bimbenet e Renaud Barbaras, de quem resgatamos algumas discussões que tomamos como um prolongamento do pensamento de Merleau-Ponty, uma vez que estes, em diversas situações, também se apropriam das discussões do filósofo em suas produções, situando-se também dentro do campo dos estudos fenomenológicos.

Salientamos que também nos apropriamos de elementos pertinentes ao campo psicanálise para a abordagem do tema em questão uma vez que essa perspectiva é reconhecida por Merleau-Ponty em seus cursos da Sorbonne como de acentuada relevância para o entendimento do fenômeno afetivo em suas particularidades e especificidades. Nesse sentido pontua-se que as se basearam nomeadamente nas reflexões de Ribeiro (2000) constantes de seu livro: *O problema da identificação em Freud: Recalcamento da Identificação Feminina Primária* em que o autor faz uma releitura dos trabalhos de Freud e propõe novas articulações conceituais, das quais destacamos aquela de “Sedução Generalizada” que o autor retoma dos estudos de Laplanche sobre o fenômeno da sedução infantil em Freud e o conceito de “Identificação Feminina Primária” formulada por Ribeiro a partir de seus estudos desses autores, as quais se situaram como um embasamento relevante para as discussões que desenvolvemos na presente dissertação.

Haja vista esse contexto de considerações salienta-se uma vez mais que a contribuição da presente dissertação consistiu em esboçar e delinear uma possível aproximação em termos de fundamentos do fenômeno afetivo entre a filosofia merleau-pontiana e os conteúdos pertinentes ao campo teórico do desenvolvimento e da psicanálise, de modo a explorar o legado de Merleau-Ponty para o estudo das implicações

entre a formação de vínculos intersubjetivos na primeira infância e o desenvolvimento da afetividade humana. Isto posto, pontua-se que o presente trabalho pretendeu explorar as especificidades das manifestações afetivas a partir de sua gênese no período infantil e as implicações de nossas relações com o outro nesse contexto, de modo a verificar as determinações e as convergências recíprocas entre relações e emoções. Assim nos propusemos a analisar os conteúdos afetivos enquanto manifestação intencional de estruturas que operam a transição entre a dimensão biológica e a psíquica.

Por conseguinte, buscou-se situar a afetividade enquanto âmbito em que se dá a constituição da via para a revelação da alteridade, ou seja, da revelação do outro enquanto um outro diferente de mim, e como decorrência dessa dialética a constituição do sujeito, de sua subjetividade, assim como da emergência de seu psiquismo. Tal constituição se daria, assim, através da estruturação da dimensão afetiva do sujeito, de sua assunção enquanto corpo próprio, contexto em que a contribuição dos fenômenos afetivos que se expressariam, como buscaríamos salientar no andamento das discussões, de maneira mais destacada, sobretudo através da experiência compartilhada. Assim procuramos estabelecer um entendimento do fenômeno vincular como aquele que adquire sentido e inteligibilidade através da vivência afetiva, assim como destacar que é dentro desta vivência que o ser próprio, ou seja, a subjetividade própria e o ser do outro, presente no reconhecimento da alteridade, se configurariam ao mesmo tempo em que se colocariam em jogo como algo não totalmente dado ou definitivo, sendo ao contrário constantemente negociado no campo das relações.

Salientamos que a noção de afetividade aqui explorada se direcionou a um tipo de sociabilidade específico que é aquela do adulto com a criança, nos endereçando mais especificamente ao vínculo que a criança estabelece com o representante materno. Embora Merleau-Ponty (1949-1952/2010 p. 246) pontue que “A maneira como a criança assume suas relações na constelação familiar pode ser lida no tipo de percepção e conhecimento que ela realiza” pontuamos que aqui não foram descritos ou retomados outros tipos de interação senão aquele entre o bebê e o representante materno em vista do escopo do presente trabalho o qual orientou-se no sentido de tratar da afetividade em relação a esse vínculo específico.

Uma vez assinalado o caráter teórico da presente pesquisa, pontua-se, em continuidade às considerações pertinentes a essa perspectiva metodológica, que a presente dissertação consistiu em uma leitura crítica dos autores selecionados à luz da fenomenologia. Ocasão em que buscou-se investigar as implicações afetivas referentes a

certos aspectos das interações entre bebê e representante materno, com vistas a esclarecer a relevância que esta assumiria no contexto dos vínculos interpessoais e na formação da subjetividade. Nesse sentido consideramos pertinente tecer alguns comentários em referência à metodologia utilizada pelos autores selecionados em suas obras destacadas de modo a favorecer o entendimento da leitura que fizemos dos mesmos. Nesse sentido sublinha-se que a opção metodológica adotada por esses autores foram a perspectiva desenvolvimental e a redução eidética.

Whitney (2018 p. 4) comenta que Merleau-Ponty assume a perspectiva desenvolvimental em seus cursos da Sorbonne sobre a criança uma vez que, de acordo com a autora, o filósofo adota a dinâmica dos estágios de desenvolvimento, os quais são vistos através de uma perspectiva transicional oferecendo um insight tanto para a compreensão da percepção adulta quanto infantil através da investigação de suas particularidades e diferenças. O filósofo situa a percepção adulta, dessa forma, como o advento de uma reorganização da experiência perceptiva infantil orientada pela afetividade, que tem como corolário, a distinção entre si e o outro, como uma decorrência do desenvolvimento de suas potencialidades vitais.

Assim, a investigação da infância é situada por Merleau-Ponty como o estudo da pré-história do indivíduo, correspondendo à fase arqueológica da vida humana, em que há “uma proximidade mais estreita com a natureza” (Bimbenet, 2002). Merleau-Ponty propõe-se, dessa forma, a investigar a gênese individual do homem a partir da restauração de nossa filiação natural. Circunstância que, segundo Verissimo (2011 p. 460) constituiu a preocupação do filósofo durante a elaboração de sua filosofia da carne. Dessa forma, para Merleau-Ponty a infância denota um equilíbrio estrutural, constituindo-se como um fenômeno positivo já que considera que o caráter do adulto não seria o simples reflexo dos acontecimentos do período infantil e sim de um excesso, um saldo dessa fase anterior pré-histórica do sujeito (Merleau-Ponty, 1949-52/2010 p. 340).

Aproximando-se desse contexto de considerações Bimbenet (2004), em seus estudos da consciência infantil, pontua que “ao mesmo tempo em que esta revela um estado anterior à capacidade racional de objetivação do mundo, uma espécie de narcisismo vital, ela esquiva-se à inscrição numa cadeia teleológica natural” o que demonstra a especificidade do desenvolvimento humano que, de acordo com Verissimo (2011 p. 468) é aquela de estabelecer uma relação dialética com seu passado, “não enquanto vetor de um determinismo ou teleologias e sim de uma herança ou saldo não totalmente ultrapassável e sempre presente na experiência do sujeito”.

Já no que se refere ao método da redução eidética, Bimbenet (2002) compara a experiência em estado nascente representada pela infância como uma redução eidética espontânea uma vez que permite uma abertura a ver o originário independente do discurso filosófico na medida em que não reconhece nem um mundo objetivo nem um eu racional. Sublinha-se nesse sentido que a redução eidética presente no modo como Bimbenet entende a experiência infantil baseia-se na perspectiva fenomenológica proposta por Husserl (1913/1950) que é aquela que considera a consciência como região original do ser, anterior ao estabelecimento de uma atitude natural em relação ao mundo, perspectiva que acaba por estabelecer, dessa forma, uma distinção tanto das definições naturalistas e empiristas quanto das perspectivas racionalistas acerca da atividade consciente. Nesse sentido, a consciência, decorrente dessa redução, reclamaria, como seu correlato constitutivo, seu movimento em direção ao mundo.

Assim, efetuados alguns comentários sobre as perspectivas metodológicas de abordagem do fenômeno infantil apontadas tanto por Merleau-Ponty quanto por Bimbenet, destacamos que o escopo da presente dissertação orientou-se no sentido de realizar uma leitura crítica desses conteúdos tendo em vista o esboço de uma compreensão de como os diversos componentes da expressão afetiva se imbricam no contexto da experiência infantil. Entre os aspectos afetivos que identificamos como relevantes para o entendimento da vivência afetiva dentro da experiência infantil destacam-se:

1) O domínio da generalidade e do anônimo: esse domínio é caracterizado na filosofia de Merleau-Ponty como referente a experiência de uma intercorporeidade anônima, que seria identificado ao domínio biológico do sujeito como signo de seu ser natural, e que refletiria a condição referente aos primeiros momentos de existência da criança a qual, no olhar psicanalítico é considerado como o período das experiências auto-eróticas, dado que nessa perspectiva não haveria nessa vivência inicial o estabelecimento de uma distância entre o psiquismo infantil e o corpo. De acordo com esta perspectiva apresentada, tal expressão afetiva corresponderia ao período fetal até em torno dos três meses após o nascimento.

2) No encontro com a alteridade: Levando-se em conta esse campo estado inicial de experiências afetivas, a teoria da ‘Sedução Generalizada’ de Laplanche (1993), propõe que o encontro com a alteridade se daria de “fora para dentro”, partindo do meio social do recém-nascido, o que significaria dizer que seria a partir do exterior que as necessidades internas do bebê seriam interpretadas havendo um predomínio do sentido de dependência, de passividade e involuntariedade da experiência infantil. No entanto,



encontramos em Merleau-Ponty e Bimbenet um contraponto a essa proposição uma vez que esses autores pontuam que a esfera da sexualidade se apresenta, nesse contexto, como emblema da atividade do bebê, manifestando-se de maneira destacada na experiência inicial do recém-nato, nomeadamente através do fenômeno da prematuração.

Em vista desse campo de considerações pode-se pontuar que, embora a experiência infantil possa ser vista por um lado como aquela da prevalência de um estado de dependência e da passividade, como é destacado pela perspectiva da sedução generalizada acima apresentada, esta também pode ser vista através de outro prisma, que é aquele apoiado na experiência da sexualidade apontada sobretudo por Merleau-Ponty e Bimbenet, circunstância em que se dá a possibilidade da criança experimentar os conflitos e episódios que antecipam seus poderes físicos e intelectuais. Pode-se verificar assim, através das duas perspectivas apresentadas a circunstância de que a passividade e a atividade se manifestariam de forma não excludentes na experiência vivida, e sim como dois momentos constituintes desta compondo uma totalidade existencial. Alternativa que parece ser a mais pertinente no entendimento dessa vivência afetiva inicial do bebê.

Ainda em referência a esse contexto Ribeiro (2000) destaca a presença de um intergojo entre uma condição de sedução performada pelo adulto em relação à criança, - e acrescentaríamos, de maneira complementar, também aquele que a criança perfoma em relação ao adulto - e o decorrente processo identificatório deflagrado por esta condição. Tais vão redundar nas formulações que o autor propõe de um recalçamento originário assim como a da assunção de um senso de totalidade corporal adquirido pelo bebê. Consideramos ser pertinente a retomada de parte dessas formulações no presente trabalho devido ao fato de encontramos nestas a descrição do sentido afetivo como essencial para o surgimento do corpo próprio e do eu enquanto uma instância definida.

## **1. Comentários sobre a noção de desenvolvimento nos cursos de Merleau-Ponty na Sorbonne.**

Retomaremos como noções preparatórias para as reflexões que serão apresentadas no andamento dessa dissertação algumas considerações sobre a noção de desenvolvimento assim como ela é apresentada por Merleau-Ponty em seus cursos da Sorbonne sobre a Psicologia e Pedagogia da Infância oferecidos durante os anos de 1949-1952, ocasião em que o filósofo busca situar a noção de desenvolvimento, visto que para ele, nesse contexto, tal conceito é visto como central na psicologia uma vez que se

estabelece como um princípio paradoxal que não supõe nem continuidade e nem uma descontinuidade absolutas. Assim, ele afirma, nestes cursos da Sorbonne que a compreensão apropriada do domínio do desenvolvimento não se resume nem a uma adição de elementos homogêneos nem a continuação de estágios sem transição (p. 195).

Dessa maneira, o filósofo apresenta as duas principais concepções referentes ao campo de estudos do desenvolvimento presentes em sua época, às quais ele discorre no sentido de realizar uma apresentação do campo assim como de tecer críticas ao que lhe parece inadequado nessas concepções de modo a apresentar a abordagem que considerava mais pertinente para este domínio da investigação psicológica. Dessa forma, o filósofo orientou suas reflexões discorrendo como a perspectiva desenvolvimental era entendida pelas concepções mecanicista e idealista até então prevalentes nesse campo de estudo. Nesse sentido Merleau-Ponty pontua que o desenvolvimento considerado pela primeira perspectiva consistia na compreensão do desenvolvimento à partir da adição de elementos homogêneos. Já no caso da segunda concepção, a idealista, esta considerava que a psique infantil não era preparada para o advento de uma personalidade adulta, uma personalidade que surgiria, de acordo com essa perspectiva, de uma vez quando a criança atinge uma certa idade.

O filósofo segue argumentando, a partir desse quadro de considerações, que a primeira concepção nega toda mudança estrutural e qualitativa interna ao desenvolvimento e a segunda nega a transição entre a condição infantil e adulta (Merleau-Ponty, 1949-1952/2010 p. 195). O filósofo comenta, dessa forma, que a concepção mecanicista baseia-se principalmente na reflexologia, em uma referência à teoria da aprendizagem, que considera que o desenvolvimento infantil se daria através da aquisição de uma série de condicionamentos reflexos. O organismo é considerado por essa perspectiva, como sensível a certos tipos de excitação externa a que ele responderia através dos mecanismos do circuito reflexo, este circuito podendo ser modificado através da associação de um estímulo natural com um estímulo condicional, sendo a reação então obtida pela substituição de um estímulo por outro sem o sujeito ter consciência dessa mudança. Assim, pelo viés da perspectiva mecanicista o comportamento era então considerado como “um edifício crescentemente complexo de estímulos condicionados”, sendo que até mesmo o comportamento simbólico, assinala Merleau-Ponty, também teria surgindo a partir desse mecanismo (Merleau-Ponty, 1949-1952/2010 p. 195).

O filósofo realiza uma crítica a essa concepção principalmente em relação à circunstância de que, nesta concepção, as respostas dadas pelo organismo dependeriam

totalmente dos fenômenos exteriores e a única condição interna em jogo seria aquela pertinente à anatomia dos elementos componentes da reação. Nesse sentido o filósofo afirma que a resposta não é condicionada apenas pelo número e quantidade dos estímulos, mas também pela atitude do organismo frente a estes, o que assinala uma superação da relação centrada apenas na relação estímulo-reposta indicando que a modificação do organismo é frequentemente anterior à influência do ambiente, não sendo, dessa forma, passiva, já que o organismo tende a criar sua própria estabilidade assim como construir suas possibilidades.

Ainda de modo a desdobrar suas considerações sobre a concepção mecanicista Merleau-Ponty também critica a noção de adaptação chamando a atenção para o fato de que as modificações no organismo costumam ocorrer não apenas em um sentido, havendo reciprocidade entre eles, não sendo possível, portanto, distinguir o entorno geográfico do entorno comportamental. Merleau-Ponty questiona também os hábitos assinalando a circunstância de que se a sua totalidade se resumisse a um conjunto de reflexos, a mudança destes sem o necessário treino seria incompreensível, assim como destaca que eles possuem um sentido frequentemente geral, sendo que o que é adquirido pelo hábito, em seu ponto de vista, não se trata de uma série de movimentos determinados e sim “uma possibilidade, a aptidão para inventar uma solução válida para determinada situação” (Merleau-Ponty, 1949-1952/2010 p. 196). O filósofo procura salientar, dessa forma, como ponto de vista contrário ao que a visão mecanicista faria supor, que o desenvolvimento não é linear nem homogêneo, já que, nessa perspectiva, não há lugar para o papel da inteligência na aquisição do hábito que é feito por insight, por exemplo, e nem se assume a relativa independência deste hábito em referência ao aparato motor que se manifesta em uma capacidade ordenadora que não é redutível a este.

Merleau-Ponty ainda endereça algumas palavras sobre o processo de socialização infantil a partir dessa concepção mecanicista, pontuando que, esta socialização se trataria, necessariamente, de uma inserção mecânica, já que o ambiente social interviria do exterior sem a preparação ou o apelo da criança (Merleau-Ponty, 1949-1952/2010 p. 197). Afirma que os psicólogos da aprendizagem comparam essa socialização com a inserção do rato em um labirinto experimental onde choques elétricos o inibem de tomar certos caminhos. O mesmo ocorreria em relação a integração social na vida em que a criança seria submetida, nas palavras do filósofo, a um “labirinto social”, constituído por proibições inibitórias.

Já, por outro lado, no que se refere ao ponto de vista idealista, Merleau-Ponty

pontua que todo o desenvolvimento é considerado como sendo realizado por uma série de atos ideativos que intervêm e rompe completamente com aqueles que o precederam (Merleau-Ponty, 1949-1952/2010 p. 197). Dessa maneira o filósofo assinala que, com exceção da tese piagetiana, a pura reversibilidade é considerada por essa perspectiva como de natureza diferente daquela das regulações perceptivas. Assim o filósofo esclarece que na perspectiva idealista a “apreensão consciente de uma situação em um plano intelectual supõe uma certa reversibilidade da mente, sendo a tarefa da criança atingir essa reversibilidade superando o nível sensoriomotor com a finalidade de chegar aos inícios do pensamento” (Merleau-Ponty, 1949-1952/2010 p. 196).

Dessa maneira Merleau-Ponty comenta que, na perspectiva idealista citada, o pensamento surgiria rapidamente em um certo momento, sendo o desenvolvimento, dessa forma fundamentado no que chamou “golpes de estado” como indicador de uma mudança qualitativa súbita no estado consciencial do sujeito. Segue comentando que essa atitude idealista não pode fazer compreensível a execução de um ordenamento comportamental e chega a estar, até mesmo, em contradição com a noção de desenvolvimento em si. Assim, para Merleau-Ponty, na concepção idealista ou logicista, o estado adulto não é de forma alguma equivalente aos estados iniciais (Merleau-Ponty, 1949-1952/2010 p. 197).

O filósofo considera Piaget idealista no sentido em que ele considera uma série de “regulações perceptivas” pré-intelectuais como opostos ao pensamento adulto que se baseia em uma visão objetiva, reversível e sem um ponto de vista especial. Assim, os esquemas perceptuais são considerados por essa concepção, apenas como o registro de impressões passadas sem nenhuma organização intrínseca. Dessa forma, para Merleau-Ponty (1949-1952/2010), as concepções piagetianas colocam entre a criança e o adulto muito e pouco ao mesmo tempo já que, por um lado, a reversibilidade do adulto encerra a criança em um estado mental pré-lógico em que a criança possui antecipações e por outro, nós podemos perguntar se o adulto procede apenas, fora do pensamento matemático, através de puros conceitos que fornecem uma reversibilidade absoluta.

Dessa maneira, para Merleau-Ponty, Piaget descreve a atitude infantil de uma maneira negativa, citando como embasamento adicional de sua crítica o processo de aquisição perceptual das cores à partir da concepção idealista, visto que nesta não há nenhuma diferença de grau entre o adulto e a criança, apenas o fato do adulto ser mais “atento” às mesmas sensações o que se coloca ao contrário do que a perspectiva dos gestaltistas assume, e à qual o filósofo se aproxima, visto que estes consideram a estrutura da percepção infantil como sendo diferente daquela do adulto, havendo uma

reorganização do campo perceptivo em si mesmo.

Por fim Merleau-Ponty apresenta a concepção dialética, a qual ele afirma ser melhor expressa por Wallon (Merleau-Ponty, 1949-1952/2010). Salienta-se que essa perspectiva, também adotada pelo filósofo, situa o desenvolvimento como sendo caracterizado por três componentes principais:

(1) A emergência de novas formas motivadas pelas fases anteriores, em uma concepção oposta àquela proposta pela teoria do aprendizado. Nesse ponto é considerada a autotransformação, como elementos preparados por aquisições anteriores, em uma dialética de uma autorregulação em que o movimento modifica seu próprio movimento.

(2) O reconhecimento de uma ação recíproca entre o interior e o exterior de modo que maturação e aprendizado passam a ser considerados como correlatos, sendo inútil e impossível, nessa perspectiva, separá-los.

(3) O fenômeno de acumulação quantitativa produz mudanças qualitativas no sentido em que há um movimento na percepção da transformação da quantidade em qualidade. Essa concepção dinâmica é encontrada, segundo Merleau-Ponty na teoria da Gestalt e em uma certa psicanálise, chamando a atenção para o fato de que o desenvolvimento sexual, tal como abordado pela psicanálise, há uma autotransformação, uma ação recíproca da libido enquanto condição interna e o ambiente parental.

### **1.1 A dimensão afetiva entendida através da perspectiva desenvolvimental.**

Feitas essas pontuações sobre o campo do desenvolvimento as quais foram apresentadas como um esboço de como essa temática era entendida por Merleau-Ponty em seus cursos da Sorbonne dedicados à infância, buscaremos, no presente tópico, destacar o modo como o desenvolvimento da dimensão afetiva é considerado dentro das formulações teóricas de Merleau-Ponty, Wallon e Rochat, autores nos quais nos baseamos para fundamentar as discussões que levantamos no presente trabalho e que, conforme apresentaremos em seguida, demonstram se apropriar da perspectiva desenvolvimental em suas pesquisas e formulações teóricas.

Nesse sentido, de modo a aproximar o olhar desenvolvimental, tal como compreendido por esses autores, da dimensão afetiva, retomaremos a colocação de Dantas (1996 p. 90) que pontua que a "ideia de fases do desenvolvimento da inteligência é bastante familiar nos diversos estudos que se realizam baseados na perspectiva desenvolvimental, sendo bem menos comum, no entanto, a noção de que haveria etapas

de desenvolvimento da afetividade”. Dessa maneira, assinala-se que, nesta sessão, será apresentada uma visão mais geral do desenvolvimento evidenciando o destaque que a dimensão afetiva adquire nas reflexões dos autores acima citados.

Nessa perspectiva, Wallon, em um esforço de apresentar uma descrição do desenvolvimento humano, admite a existência de fases alternadas neste processo, em que, por um lado há fases de predomínio afetivo, a que chamou de centrípetas e anabólicas e, por outro, aquelas em que há o predomínio da inteligência, que assinalou como centrífugas e catabólicas. Wallon chama atenção assim para o fato de que ambas as fases teriam sua origem nas trocas sociais, adquirindo, no entanto, sentidos diferentes: na primeira, haveria o “predomínio das forças afetivas atuando no social de modo a firmar as relações interpessoais do sujeito, e na segunda, a prevalência dos conteúdos cognitivos se voltando para as realizações da cultura” (Dantas, 1996 p. 91).

Segundo Dantas (1996), dessa forma, Wallon não considera a afetividade apenas como uma das dimensões da pessoa, uma vez que para ele ela é também tida como uma fase do desenvolvimento, a mais arcaica, visto que o ser humano teria sido, logo que saiu da vida puramente orgânica, um ser afetivo no qual a vida racional, diferenciou-se, lentamente. Assim, Wallon considera que, no início da vida, afetividade e inteligência estão sincreticamente misturadas, com o predomínio da primeira. Wallon assinala que a diferenciação entre estas dimensões se inicia precocemente na experiência do sujeito, mas a reciprocidade entre os dois desenvolvimentos se mantém de tal forma que as aquisições de cada uma repercutem sobre a outra permanentemente. Aponta inclusive que, ao longo do trajeto desenvolvimental, afetividade e inteligência alternam preponderâncias.

Dantas (1996) pontua, dessa forma, que para Wallon, a história da construção da pessoa é constituída por uma sucessão pendular de momentos predominantemente afetivos ou predominantemente cognitivos, não paralelos, mas integrados. Cada novo momento incorporando as aquisições feitas no nível anterior, ou seja, na outra dimensão. Nesse sentido, algo que destacamos como relevante dentro dessas proposições de Wallon, refere-se à circunstância de que “a afetividade depende, para evoluir, de conquistas realizadas no plano da inteligência, e vice-versa” (Dantas, 1996 p. 92).

Wallon chega inclusive a caracterizar essas relações entre afeto e inteligência partindo de seu substrato cerebral, salientando a circunstância de que em sua origem, a conduta emocional depende de centros subcorticais o que, em suas colocações, equivale a dizer que a sua expressão é involuntária e incontrolável. Partindo dessa descrição, Wallon nomeia esse período inicial do desenvolvimento humano como “impulsivo-

emocional” em que a expressividade afetiva do sujeito denotaria, assim, uma tendência regressiva, que, apenas posteriormente, com a maturação cortical, se tornaria suscetível de controle voluntário (Dantas, 1996 p. 86).

Partindo dessas considerações Dantas, embasada em Wallon, aponta para a tendência a uma “corticalização da emoção, que se daria através da condição de endereçá-la ao domínio da inteligência, assinalando assim, o enredamento destacado entre as duas dimensões da experiência do sujeito pois, se é possível a “corticalização” das emoções, ou seja, uma conexão aos elementos corticais relacionados à razão e à consciência tética a partir de sua localização relacionada aos elementos subcorticais, é que existe algo em comum entre elas permitindo que haja influências recíprocas e ambas, a inteligência e a afetividade, impedindo que estas se situem como compartimentos estanques da experiência (Dantas, 1996 p. 86). Embora tal proposição aponte para uma progressiva racionalização da afetividade através da corticalização, salienta-se que a perspectiva walloniana não se apoia na consideração de um apagamento total de seus caracteres impulsivos e involuntários, enfim, de seus elementos originários, já que aponta situações em que estes aspectos mais primitivos da afetividade reaparecem.

Para se dirigir ao campo do desenvolvimento infantil em seus cursos da Sorbonne Merleau-Ponty resgata os estudos que Piaget empreende nesse contexto destacando sobretudo os três estágios sucessivos do desenvolvimento intelectual do sujeito de acordo com este último em que a experiência inicial da criança move-se de uma confusão inicial do ego com o mundo externo até uma distinção do ego e não ego. Seguindo esse modelo no domínio da afetividade, Merleau-Ponty considera que não é possível traçar da mesma forma uma linha singular de desenvolvimento visto que, para o filósofo, a emergência da autoconsciência na ordem emocional seria muito mais tardia e mais difícil que a autoconsciência em relação aos objetos externos.

Dessa forma, o filósofo aponta para um descompasso entre estas duas linhas de desenvolvimento da inteligência, ou seja, aquela voltada aos objetos externos e a afetiva voltada para as relações interpessoais, salientando que, até mesmo no adulto, esta última ainda necessita ser realizada, “não se constituindo como conquista permanente, necessitando constantemente ser negociada” (Merleau-Ponty, 1949-52/2010 p. 193). O filósofo justifica sua proposição nesse sentido argumentando que no mundo físico, encontramos a negação experiencial que é manifestada pela resistência dos objetos, enquanto que, no plano afetivo, tal negação é sempre ambígua. O filósofo cita como exemplo dessa condição o caso de um conflito emocional em que duas pessoas que

acabaram de terminar um relacionamento não dão conta de dizer “até que ponto cada uma é responsável pelo término, apontando que qualquer análise sobre onde a culpabilidade de um sujeito termina e aquela do outro começa é sempre difícil de precisar” (Merleau-Ponty, 1949-52/2010 p. 194).

Nesse sentido Merleau-Ponty parece ressaltar a particularidade própria do que chamou de consciência afetiva, reflexão que se orienta na mesma direção das proposições de Wallon e Rochat sobre esse campo, as do primeiro que já principiamos a apresentar e a do segundo que será trazida em sequência. Salientamos, no entanto, que embora a ênfase dada por Merleau-Ponty aos aspectos desenvolvimentais da afetividade em flagrante oposição aos conteúdos pertinentes ao âmbito do conhecimento em suas considerações que apresentamos acima, podemos complementar essas argumentações situando-a em dois pólos de sentido. Um deles é reconhecer, do mesmo modo que o filósofo, as peculiaridades e particularidades próprias da dimensão afetiva em seus aspectos não redutíveis ao domínio intelectual, no entanto, pode-se também ressaltar que a dimensão não se reduz totalmente a essa perspectiva posto que o decorrer do desenvolvimento também é descrito por esses autores como um movimento em que os aspectos racionais e afetivos imbricar-se cada vez mais tornando-se menos óbvio os seus limites na experiência vivida do indivíduo.

Visto que, embora cada domínio mantenha sua particularidade e irreduzibilidade verifica-se, pela descrição desses autores que os aspectos tanto os aspectos cognitivos passam a adquirir maior dominância na experiência afetiva do sujeito integrando os aspectos menos articulados em novas organizações quanto os elementos afetivos passam a doar uma fisionomia própria para a razão, tornando-a especificamente humana, concepção que parece estar presente nas considerações de Merleau-Ponty sobre o arco intencional e que são apresentadas, nomeadamente em sua obra *Fenomenologia da Percepção* em que este arco de intencionalidades entrelaçadas parece situar-se como emblema dessa ambiguidade e mútua penetração entre os diferentes domínios da existência.

Embora, conforme pode-se observar nas considerações de Wallon sobretudo em suas considerações sobre a existência fases desenvolvimentais predominantemente anabólicas e catabólicas, as quais atrelou ao predomínio da experiência afetiva ou intelectual respectivamente, o que não desmente a possibilidade de seu entrelaçamento que destacamos acima, porém também não deixa de destacar a existência do predomínio que cada uma dessas funções pode adquirir em determinado momento do



desenvolvimento do sujeito.

Assim, ainda levando em consideração esse sentido de entrelaçamento entre os domínios afetivo e tético exposto acima, e como uma extensão dialética deste, Wallon assinala três grandes momentos em que haveria o predomínio da dimensão afetiva no desenvolvimento do sujeito. Ele nomeou-os como “afetividade emocional ou tônica, afetividade simbólica e afetividade categorial” (Dantas, 1996 p. 93). Com exceção da primeira, o qualificativo das fases é justificado por Wallon como correspondente ao nível alcançado pela inteligência na etapa anterior. Assim, a leitura dialética que Wallon faz do desenvolvimento se destaca quando ele pontua que nos momentos predominantemente afetivos do desenvolvimento o que está em primeiro plano é a construção do sujeito e, por outro lado, naqueles de maior peso cognitivo, é o objeto, a realidade externa, que se modela, à custa da aquisição das técnicas elaboradas pela cultura.

Dessa maneira verificamos que Wallon endereça claramente, a partir dessas descrições, a afetividade ao domínio do ser, em contraposição à esfera da inteligência, que parece estar mais predominantemente voltada ao domínio do ter/conhecer, sendo essa circunstância algo que destacamos como central no desenvolvimento deste trabalho, que é a consideração da ligação que os autores aqui tratados estabelecem entre o domínio do ser e a experiência afetiva indicando uma correspondência entre eles.

Assim, o que parece estar em jogo como desafio teórico na investigação do processo desenvolvimental, tal como é apontado por esses autores, é como esses diferentes domínios e âmbitos se articulam na experiência vivida do sujeito, de modo a evidenciar suas correspondências, aproximações e particularidades próprias. Dessa maneira, como já apontado acima, dentro da perspectiva apontada por Wallon existe a suposição de que a afetividade incorpora de fato as construções da inteligência, e por conseguinte tende a se racionalizar. As formas adultas de afetividade, segundo Wallon, por esta razão, podem diferir enormemente das suas formas infantis.

No entanto, sobretudo a partir das considerações de Merleau-Ponty sobre esse campo, é possível tecer uma crítica a essas considerações de Wallon visto que essa condição de racionalização da afetividade não parece, de acordo com Merleau-Ponty, uma experiência linear a qual que seja alcançada por todos os sujeitos e nem da mesma forma, visto que, como salientado nas colocações do filósofo e que apresentamos acima, a esfera afetiva é situada como âmbito particularmente complexo para o desenvolvimento uma vez que comporta particularidades próprias como aquela de não poder contar com a resistência presente no mundo físico assim como, pelo fato de ser voltada para as relações

interpessoais, a experiência afetiva não se constitui como conquista permanente, necessitando constantemente ser negociada, não havendo assim garantias de sua efetivação o que se evidencia sobretudo na asserção de Merleau-Ponty acima apresentada de que até mesmo no adulto, este desenvolvimento pode estar ainda por ser realizado.

Apresentaremos agora, de modo a dar continuidade e prolongar um pouco mais às discussões sobre esse tópico das manifestações afetivas em sua perspectiva desenvolvimental, as formulações de Rochat (2002), que baseia sua visão do desenvolvimento partindo da investigação sobre a natureza do conhecimento de si. Assim o autor situa como objetivo principal nesse trabalho a investigação das origens e da natureza do conhecimento de si pelo sujeito, algo que é posto por ele como problema filosófico e psicológico fundamental e que não pode ser apreendido fora da questão de sua origem na criança. Dessa forma, ao dirigir-se ao estudo do surgimento da consciência reflexiva enquanto conhecimento de si, Rochat, assim como Wallon, não deixa de endereçar-se ao domínio do ser e ao destacado enredamento afetivo que tal circunstância implica.

Assim, para enfrentar o seu problema, o psicólogo elabora duas proposições sobre a noção de consciência, uma delas que chamou de “consciência fenomenal” e a outra que chamou de “consciência reflexiva”. No caso da primeira, a consciência fenomenal, esta nos tornaria conscientes das propriedades fenomenais dos objetos e estaria ligada aos aspectos qualitativos da nossa experiência subjetiva que nos seria dada pela percepção sensível, ou seja, o sentir, o ver, o escutar, saborear, tocar. Para o psicólogo, a consciência fenomenal emergiria, portanto, dos “sistemas sensoriais herdados na filogênese e o seu modo de representar o mundo seria fixado pelas funções biológicas” (Rochat, 2002 p. 239).

Dessa forma, de acordo com Rochat (2002 p. 240), as informações sobre as quais repousa a consciência fenomenal contribuiriam na “formação de um si ecológico que se apoiaria na discriminação perceptiva. tal discriminação permitiria à criança, desde muito cedo, diferenciar seu corpo próprio das outras entidades do ambiente”. Assim, para o autor é sobre essa base perceptiva que a criança construiria um conhecimento implícito do próprio corpo. Já no caso do que nomeou de consciência reflexiva, comenta que esta surgiria mais tardiamente na ontogênese do sujeito, correspondendo à capacidade do sujeito de pensar seus próprios estados físicos e mentais, assim como também a capacidade de conceber e representar sua própria perspectiva sobre o mundo. Para Rochat

(2002 p. 238) possuir uma consciência reflexiva não corresponderia, dessa forma, apenas ao sujeito perceber seus próprios estados, mas também de poder referir esses estados a si enquanto pessoa.

Rochat, assim como Wallon ao referir-se à construção do sujeito, reconhece a circunstância de que a consciência reflexiva de si emerge na troca de ideias, de conceitos e de palavras com o outro, enfim, das trocas sociais. Rochat (2002) aprofunda sua análise nesse sentido argumentando que o pensamento consciente se exprimiria desde sua origem dentro de um formato social, sendo ancorado dentro da troca com o outro. Pontua, que esse formato seria eventualmente introjetado pela criança para se tornar um pensamento interiorizado. Para o psicólogo, assim, a consciência reflexiva de si emergiria da introjeção do diálogo da criança com o outro a propósito de um mundo compartilhado, havendo portanto um aspecto relacional irreduzível na emergência da consciência reflexiva.

Suas formulações se orientam, dessa forma, na proposição de que a consciência reflexiva emergiria de um “espaço social triádico e a consciência reflexiva corresponderia, na verdade, a uma co-consciência, já que esta surgiria como uma aquisição que emergiria da interação com o outro” (2002 p. 231). Ao introduzir esse conceito ele propõe uma inversão da hipótese cartesiana quanto à origem solipsista e internalista da consciência reflexiva, e ao contrário, propõe o surgimento de uma consciência ancorada na intersubjetividade. O autor, avançando em suas considerações sugere, assim, que o desenvolvimento da co-consciência se realizaria através de quatro condições necessárias que, com exceção da primeira, evidenciariam a importância do suporte social necessário para a sua constituição.

Assim o autor situa a emergência de um si corporal, a reciprocidade afetiva, a absorção do si pelo do espelho afetivo e, por fim a emergência da triangulação si-outro-mundo como elementos de destaque na constituição do sujeito. Partindo desses elementos, (alguns dos quais serão abordados de maneira mais detalhada na sequência do trabalho), a criança desenvolveria, desde os primeiros meses, “uma subjetividade crescente, nomeada por Rochat como intersubjetividade” (Rochat, 2002 p. 232).

Em conformidade com o exposto e ao contrário de uma consciência de si separada das coisas que a circundam, como uma perspectiva cartesiana faria notar, a criança desenvolveria uma co-consciência de si, desde o princípio votada a sua relação com o outro. Observa-se assim, que Rochat admite e propõe, dessa maneira uma compreensão da consciência mais alargada englobando seus “aspectos sócio-afetivos como elementos

indissociáveis e que guiariam a criança no decorrer de seu desenvolvimento” (Rochat, 2002 p. 233).

Ao abordar esses aspectos sócio-afetivos, Rochat (2002) não deixa de destacar, no entanto, a dinâmica do prazer e da satisfação como componente de destaque que orientaria e motivaria a criança em seu desenvolvimento da co-consciência. Tal componente se refletiria em uma necessidade de fusão íntima com o outro, uma necessidade de proximidade física e psicológica com esse outro. Assim, apresentando a dialética pertinente ao movimento de integração entre os diferentes momentos do desenvolvimento em que há uma alternância no predomínio entre a dimensão afetiva e da inteligência.

Rochat (2002 p. 236) acentua o fato de que o desenvolvimento da co-consciência seria motivado, para além da condição comumente observada de ser guiado por uma “racionalidade crescente, sobretudo pela satisfação experimentada pela criança de compartilhar a experiência do mundo com o outro”. Em seu ponto de vista, essa satisfação do compartilhamento seria um elemento determinaria a co-consciência apontando a relação com o outro, a alteridade como fator determinante desse processo.

## **2. O caráter arqueológico e anônimo da experiência infantil inicial**

Em Furlan (2017 p. 1040) encontramos pontuações interessantes sobre a análise e a descrição da experiência vivida em Merleau-Ponty, as quais este autor assinala caber, além da filosofia, às ciências humanas de um modo geral e que retomaremos de modo a salientar sua pertinência para o presente trabalho. Dessa maneira, o filósofo salienta que “o vivido é o solo fundamental da filosofia de Merleau-Ponty, e sua descrição é o seu mote”. E sobre a experiência do vivido ele acentua que: “acontece que o vivido é em sua facticidade, isto é, enquanto expressão de um corpo que a uma só vez é natural, histórico e social”. Esse autor segue assinalando que “por isso, a dimensão do vivido remete a um sujeito capaz de viver tais dimensões de sentido (natural, social e histórico), na medida em que também é constituído por elas”. Ainda nesse sentido Falabretti (2016 p. 56) retoma a discussão sobre a posição merleau-pontyana frente às dicotomias cartesianas em que ressalta a insistência do filósofo na análise do caráter “mundano” e encarnado do homem como via para contornar tais dicotomias que:

separam o homem da natureza e reduzem o próprio corpo em um objeto de estudo. Daí o esforço em descrever um campo de experiências corporais pré-reflexivas que a partir de um rearranjo de elementos do mundo tornam possível o surgimento de manifestações espirituais mais “elevadas”, como a ordem humana – sem que

esta consiga de fato instaurar algum campo suprassensível independente das condições concretas que foram ocasião de seu aparecimento (Falabretti, 2016, p. 56)

Apoiando-nos nessas descrições acima assinaladas destacamos o entendimento aqui proposto de considerar a afetividade enquanto dimensão de destaque no campo dessas experiências corporais pré-reflexivas, ou seja, enquanto solo em que essas experiências se desdobram. Assim, em uma retomada da psicogenética walloniana, é possível destacar alguns elementos de que nos serviremos para contextualizar e situar o fenômeno afetivo aqui investigado.

Como já citado anteriormente, Wallon, nomeia o período inicial do desenvolvimento do bebê como “impulsivo-emocional” (Dantas, 1992 p. 84). Esse período se estende de acordo ele ao longo do primeiro ano da vida da criança e corresponde à fase mais arcaica da existência humana em que o principal tipo de relação que o bebê mantém com o ambiente seria de natureza afetiva. Wallon salienta que, em seu período inicial, essa afetividade se reduz praticamente às manifestações fisiológicas da emoção (Dantas, 1992 p. 85). No entanto ele assinala que é nesse contexto que se dá “o ponto de partida do psiquismo” visto que este envolveria a “construção da pessoa” enquanto sujeito, assim como a construção do “conhecimento”. Duas instâncias que estariam, de acordo com esse autor, em relação mais direta com a dimensão afetiva de modo que esta última ocuparia um lugar central em seu desenvolvimento (Dantas, 1992 p. 85).

Referindo-se à manifestação afetiva pertinente a esse período inicial da vida, Wallon a caracteriza como “complexa e paradoxal” uma vez que a considera “simultaneamente social e biológica em sua natureza” e responsável por “realizar a transição entre o estado orgânico do ser e a sua etapa cognitiva, racional” (Dantas, 1992 p. 85). Verifica-se, nesse ponto, o acento dado pelo autor ao aspecto relacional em sua compreensão do âmbito afetivo ao assinalar que essa transição só pode ser atingida através da mediação cultural, isto é, social o qual iniciamos por situar no tópico anterior e que iremos discutir em seus desdobramentos em seguida.

Em continuidade a essas colocações, Wallon assinala que a longa fase emocional da infância teria sua correspondente na história da espécie, pois pontua que nas associações humanas mais primitivas, o contágio afetivo supriria, pela criação de um vínculo poderoso para a ação comum, as insuficiências da técnica e dos instrumentos intelectuais. Esse contágio se trataria de um tipo de comportamento mimético que

Schilder (2014 p. 244) associa especialmente ao comportamento de crianças, multidões e grupos de animais e que ele chama de “indução empática de emoção e sentimento, ou de um estado afetivo”.

Aprofundando suas reflexões nesse sentido esse autor considera que, enquanto não foi possível a articulação sofisticada de pontos de vista bem diferenciados, a emoção garantiu, para o indivíduo singular assim como para a espécie, uma forma de solidariedade afetiva. Para fundamentar suas colocações Schilder aponta que as culturas primitivas dispõem de rituais capazes de desencadear disposições para atuações coletivas como o combate, por exemplo, em que “as danças guerreiras são geralmente coreografias tendo como elemento preponderante o rítmico, precisamente aquele capaz de gerar excitação devido à elevação do tônus” (Schilder, 2014 p. 244).

Nessa perspectiva Wallon acrescenta que a afetividade, pelo vínculo imediato que instaura com o ambiente social, garante o acesso ao universo simbólico da cultura, elaborado e acumulado pelos homens ao longo da sua história. Desta forma, de acordo com o autor é a dimensão afetiva que tem permitido a tomada de posse dos instrumentos com os quais trabalha a atividade cognitiva, nesse sentido, lhes dando origem (Dantas, 1992 p. 86). Max Scheler (1971/2003 p. 48) salienta, no entanto, que embora essa capacidade de fusão afetiva, acima referida por Wallon encontre-se espetacularmente atuante no mundo animal, permanecendo prenhe na criança ou no primitivo, estando também presente em alguns casos de regressão, onírica ou patológica, se encontraria enfraquecida em grande parte no homem adulto. Scheler, ao tecer esse comentário se referiu ao contexto do homem urbano de algumas sociedades ocidentais, nas quais possivelmente o autor critica a perda do contato humano e das experiências compartilhadas, ou seja, parece ressaltar a perda dessa dimensão da vivência coletiva e das trocas afetivas nela presentes as quais se encontrariam enfraquecidas por um “excesso de racionalidade” manifesto sobretudo no excesso tecnologia presente nessas sociedades.

Assim o autor adverte que o homem teria perdido, a benefício do “entendimento”, a faculdade de fusão emocional do animal e muitos de seus "instintos", de modo que considera que o homem civilizado não os possui no mesmo grau que o primitivo, nem o homem adulto na mesma medida que a criança. Assim, Scheler (1971/2003) procura apontar, através dessas colocações, para a necessidade do resgate e a melhor compreensão dessa dimensão da existência, de modo a evidenciar sua significativa atuação em relação aos diversos domínios da existência, sobretudo no que concerne à relação humana com seus congêneres.

Também nesse sentido Wallon ressalta a dimensão de mobilização do outro presente no domínio afetivo ao assinalar que, na ontogênese, “o apogeu das manifestações emocionais e afetivas” coincidiria com o período de “imperícia máxima do ser” uma vez que “ela teria precisamente por função supri-la, destacando que sua função basicamente social explicaria o seu caráter contagioso, epidêmico (Dantas, 1992 p. 88). Dantas chama a atenção para o fato de que esse traço concernente ao domínio afetivo, seria, no entanto, frequentemente negligenciado, pois pertenceria ao campo obscuro em que se situam os limites entre a vida somática e a vida representativa, o que, em sua opinião, resulta “em grave prejuízo para a compreensão dos processos interpessoais, especialmente das interações entre crianças e adultos” (Dantas, 1992 p. 88).

É precisamente esse o campo a que se endereça as discussões do presente trabalho, visto que buscou-se, através das contribuições de Merleau-Ponty, de Wallon, Rochat e demais autores aqui consultados, lançar luz sobre esse domínio, articulando as relevantes contribuições que estes autores tem trazido para esse campo. Assim, retornando Dantas temos que:

(...) sendo as crianças seres essencialmente emotivos, e trazendo a sua emoção a tendência forte, porque funcional, a se propagar, resulta daí que os adultos, no convívio com elas, estão permanentemente expostos ao contágio emocional. Isto pode ocorrer na direção da produção de uma emoção análoga ou complementar. A ansiedade infantil, por exemplo, pode produzir no adulto próximo também angústia, ou irritação. Resistir a esta forte tendência implica conhecê-la, isto é, corticalizá-la, condição essencial para reverter o processo. (Dantas, 1992 p. 88)

Nessa passagem a autora destaca a existência de uma distinção entre as emoções corticalizadas e não corticalizadas, ou seja, entre aquelas submetidas ou não a um controle racional. As não corticalizadas remeteriam a uma herança biológica contornada por características próprias, como um caráter potencialmente anárquico, explosivo e imprevisível, e as corticalizadas, por outro lado, como passíveis de um certo controle assim como de um ordenamento em suas expressões (Dantas, 1992 p. 94).

Esse controle e ordenamento se resumiriam, dessa forma, em uma manifestação secundária uma vez que, segundo Wallon, essa tendência à corticalização não se atualizaria apenas no sentido de uma atuação maturacional, mas sobretudo em decorrência do aporte das relações sociais, ou seja, das relações que a criança estabelece com a alteridade, que é o ponto que procuramos destacar nos autores e teorias aqui investigados. A fim de nos aprofundar nessas reflexões apresentaremos um esboço sobre o que se trata essa “consciência afetiva” tal como é apresentada por Wallon assim como

discorreremos também sobre o conceito de “consciência fenomenal” descrito por Rochat (2002 p. 240) que também se endereça à compreensão dos momentos iniciais da vida do bebê em que a afetividade adquire destaque como maneira originária de existência.

## 2.1 O si corporal como experiência anônima e de generalidade

Rochat (2002), ao referir-se a condição do bebê em seus momentos iniciais de vida assinalou que esta se expressa através de uma “consciência fenomenal”, uma vez que, em suas considerações o estado inicial do bebê se manifestaria através do que ele chamou de um “Si” corporal que emergiria a partir dos sistemas sensoriais herdados durante a filogênese e o tornaria apto a diferenciar fenômenos externos e internos. Este “Si” estaria ligado, dessa forma, ao aspecto qualitativo da experiência subjetiva, a qual nos seria dado pela percepção sensível.

Na obra *Fenomenologia da Percepção* de Merleau-Ponty (1945/1999 p. 342) encontramos a seguinte consideração em que o filósofo parece destacar a existência de uma “tradição pré-pessoal” da experiência vivida que se aproxima dessas descrições realizadas por Rochat sobre a condição inicial de existência do bebê:

E, como todavia ele não pode ser orientado "em si", é preciso que minha primeira percepção e meu primeiro poder sobre o mundo me apareçam como a execução de um pacto mais antigo concluído entre X e o mundo em geral, que minha história seja a sequência de uma pré-história da qual ela utiliza os resultados adquiridos, minha existência pessoal seja a retomada de uma tradição pré-pessoal. Há portanto um sujeito abaixo de mim, para quem existe um mundo antes que ali eu estivesse, e que marcava lá o meu lugar. Esse espírito cativo ou natural é o meu corpo, não o corpo momentâneo que é o instrumento de minhas escolhas pessoais e se fixa em tal ou tal mundo, mas o sistema de "funções" anônimas que envolvem qualquer fixação particular em um projeto geral (Merleau-Ponty, 1945/1999 p. 342).

Assim, o modo de manifestação inicial da experiência vivida da criança, apontado por Rochat como aquele da vigência de uma “consciência fenomenal” pode ser identificado em Merleau-Ponty como a expressão da própria dimensão da corporeidade em que um “Si” pré-pessoal e mais antigo que o “eu” que se manifestaria através de funções “anônimas”, que lhe possibilitariam enraizar-se na existência e aderir a um “projeto geral”. Nesse sentido vamos encontrar na noção de “complexo inato” também presente na *Fenomenologia da Percepção* de Merleau-Ponty, importantes reflexões e desdobramentos para o entendimento da consciência afetiva inicial.

Merleau-Ponty toma esse termo emprestado a Freud citando-o, inicialmente, em



sua primeira obra, *A Estrutura do Comportamento* (Merleau-Ponty, 1942/2006) e realizando uma reformulação de seu entendimento deste na sua obra seguinte, *A Fenomenologia da Percepção* (Merleau-Ponty, 1945/1999). Assim temos que, na primeira obra, essa noção elaborada por Freud é considerada pelo filósofo como um quadro da existência humana, “mas um quadro de anomalias, por mais frequentes que estas sejam” (Merleau-Ponty, 1942/2006 p. 279). De modo que na referida obra a noção de complexo é concebida como “uma atitude estereotipada”, se estabelecendo devido ao fracasso da capacidade de sublimação de um sujeito em face de uma “experiência traumática” não superada (Merleau-Ponty, 1942/2006 p. 277). Nesse sentido, o complexo refletiria “uma incapacidade ou mesmo uma dificuldade de ajuste às situações impostas pelo mundo a um sujeito. Circunstância em que se destacaria seu caráter patológico.

No entanto, em sua obra seguinte, o conceito de *complexo* adquire uma nova perspectiva, sendo assinalado de maneira diversa, adquirindo inclusive uma alteração em sua designação, de modo que passa a ser nomeado como “complexo inato” (Merleau-Ponty, 1945/1999 p. 125). O “complexo inato” passa a partir de então a ser entendido como o correlato afetivo da dimensão biológica a partir do qual e em que a existência humana, mesmo ultrapassando-o, se sustenta.

Dessa forma temos que para Merleau-Ponty, a partir de sua segunda obra, essa noção passa a ser concebida como o âmbito da própria existência pré-pessoal e anônima que é exercida pelo corpo (Merleau-Ponty, 1945/1999 p. 125) que segundo o filósofo garantiria “a subsistência e diálogo de minha vida pessoal com meu corpo enquanto instância biológica e meu passado” instaurando uma articulação ambígua entre as dimensões existenciais corpóreas em um entrelaçamento da dimensão vital e a humana. Assim Merleau-Ponty assinala que “da mesma maneira pode-se dizer que meu organismo, como adesão pré-pessoal à forma geral do mundo, como existência anônima e geral, desempenha, abaixo de minha vida pessoal, o papel de um “complexo inato.”

Destacamos dessa maneira, que para o filósofo, tal complexo se estabelece como agente promotor de uma dialética em relação à existência pessoal e o âmbito em que se dá “essa adesão cega ao mundo” ou “esse prejuízo em favor do ser”. Compondo-se assim, tanto como palco da minha vida oficial e das minhas vivências pessoais como também como um fundo de existência impessoal situado aquém dessa existência pessoal do sujeito, situando-se como solo em que esta se destaca, esboçando também ele, dessa forma, o movimento da existência pela via da abertura de um fluxo temporal impessoal contínuo e ininterrupto que se desenrolaria de acordo com Vieira (2014 p. 41) “nos

“bastidores” da vida oficial do sujeito, às custas de seus sentidos e da percepção”.

Retomaremos aqui alguns discussões de Barbaras (2016) por entendermos que elas se situam dentro desse campo de sentidos acrescentando uma relevante particularidade que é aquela de se dirigir a essa dimensão pré-pessoal e anônima da existência através da perspectiva do desejo. Tal aproximação realizada pelo filósofo e que destacamos aqui, fundamenta-se em seu entendimento do desejo enquanto manifestação privilegiada da ordem do Ser em seu aspecto de abertura assim como de envolvimento nas diversas dimensões existenciais. Pontua-se que é possível verificar em Barbaras o delineamento de uma correspondência entre a dimensão do desejo e a dimensão afetiva visto que o filósofo considera essa última como um momento constitutivo da manifestação desejante, ou seja, como âmbito pertencente à própria constituição deste.

Dessa forma, o filósofo parece considerar em sua obra *Le Desir et Le Monde* a existência de uma correspondência entre a ordem desejante e a afetiva, esta última sendo entendida como momento privilegiado de expressão da primeira, como fonte e fundamento da existência, situando-a, assim, como elemento de destaque nos entrelaçamentos presentes entre a ordem vital e a humana bem como com os âmbitos do sentimento e do conhecimento.

Assim, realizando uma aproximação entre a leitura fenomenológica de Barbaras (2016 p. 15) sobre a ordem do desejo em sua implicação com a manifestação de uma corporeidade em que a vida do recém-nato parece se sustentar, salientamos que, para o filósofo, o desejo possuiria, dentro do contexto envolvido nas condições iniciais da existência, uma dimensão profundamente alheia a ordem de um sujeito entendido como portador de uma vida oficial, uma vez que, para ele, a fonte do desejo não residiria no sujeito singular mas em um extrato mais profundo sobre o qual, em seu ponto de vista, tudo resta a ser dito, e no qual o sujeito encontra sua própria condição de possibilidade.

Sendo assim, consideramos relevante salientar, no âmbito das descrições de Barbaras sobre o campo desejante, por suas aproximações ao conceito de corpo fenomenal de Rochat e de complexo inato de Merleau-Ponty anteriormente assinalados, o fato do filósofo considerar a existência do desejo como a prova de um “si mais antigo e mais profundo que o eu” e se estabeleceria como o elemento fundador do domínio existencial, visto que, para ele, “longe do sujeito ser a condição do desejo, é a condição do desejo, ou o solo do desejo, que aparecerá como sendo a condição mesma do sujeito” (Barbaras, 2016 p. 16). Assim, Barbaras pontua que, “se o desejo nasce comigo, eu nasço tanto quanto com ele tanto que ele aparece como a condição mesma, ou o elemento da

minha ipseidade” (Barbaras, 2016 p. 16). Barbaras procura salientar dessa forma que o desejo, mesmo participando da constituição da ipseidade, manifesta-se ao mesmo tempo como profundamente anônimo.

Estendendo suas considerações sobre essa perspectiva o filósofo salienta que a prova do desejo é aquela de um movimento, de uma força, ou de uma potência que não possui nem nome nem face, sendo profundamente estranha à ordem do sujeito no seio do qual ela toma forma. Essa dimensão desejante se estabeleceria, assim, como uma instância rebelde ao mesmo tempo que como condição própria da subjetivação, vindo de um aquém do sujeito, ou seja, uma parte, profundamente selvagem, compondo-se como um desejo sem sujeito e sem objeto. Para Barbaras (2016 p. 16), tal instância encontra-se imersa em um extrato impessoal e dinâmico que é profundamente estranho à identidade de um sujeito. Verifica-se, assim, o esforço do filósofo em acentuar a condição do desejo de se situar no coração e na periferia do sujeito ao mesmo tempo, ou seja, no entremeio dessas duas dimensões, excedendo o plano do sujeito substancial e estabelecendo-se como o lugar e a condição mesma da subjetivação. Ainda nesse sentido Barbaras assinala considerar que: “como se fosse apenas no coração dessa potência selvagem e impessoal que eu pudesse me realizar, me fundar como sujeito, tornar-me plenamente eu” (Barbaras, 2016 p. 17).

Seguindo um passo adiante nas articulações aqui propostas destacaremos, como contribuição da perspectiva psicanalítica para essas discussões acima levantadas, e como uma possível compreensão de como uma certa psicanálise entenderia o fenômeno do desejo, sobretudo no contexto delineado por Barbaras e que apresentamos acima. Nesse sentido nos valeremos de algumas pontuações de Ribeiro (2000), nomeadamente a hipótese que esse autor resgata em seus estudos de Freud de que, no início da existência, ou seja, no momento anterior à diferenciação dos sexos pela criança, elas vivenciarão, tanto a menina quanto menino, uma feminilidade originária. Em apoio a essa tese freudiana Ribeiro (2000 p. 240) pontua que a condição inicial do bebê, até em torno dos primeiros três meses de vida, é aquela em que o bebê é considerado como uma “criança-cavidade” ou uma “criança orifical”, ou seja, a de um “corpo completamente entregue a penetração, completamente destituído de barreiras em relação a qualquer intrusão pelo outro (Ribeiro, 2000 p. 240).

Através do entendimento proposto por essa perspectiva retomada de Freud e trazida por esse autor, “penetrar e ser penetrado, ter e ser o objeto, coalescem, nesse primeiro tempo, numa experiência única, na qual passivo e ativo, masoquista e sádico não

são pares de opostos, mas vivências homogêneas de um gozo sem oposição”. O que remeteria, de acordo com Ribeiro (2000, p. 257) a uma dispersão libidinal, a uma condição de passividade e plenitude sem limites definidos. A feminilidade primitiva funcionaria, assim, como uma primeira representação da passividade da criança submetida à situação traumática de sedução.

Assim, destaca-se que, para esses autores, o bebê apresenta nesse contexto inicial uma condição existencial diversa daquela pertencente ao campo de uma subjetividade constituída em que o outro e o mundo encontram-se claramente diferenciados de si assim como situados dentro de uma abertura espaço temporal de modo que, nessa fase, as colocações de Merleau-Ponty, Rochat e Wallon e demais autores aqui retomados sugerem que os recém natos ainda permanecem alheios a essa distinção. Desse modo, orientados pelas contribuições de Barbaras, Bimbenet e Merleau-Ponty acima destacadas, somadas àquelas de Wallon e Rochat que também sublinhamos, verificamos que dentro desse contexto destacado por esses autores a existência pessoal é considerada como ainda insipiente, estando ainda por se constituir, sendo apoiada, de maneira destacada, na corporeidade a que eles nos fornecem dados relevantes. Observa-se dessa forma que, essas considerações apontam para uma compreensão mais aprofundada desse extrato biológico representado pela dimensão corpórea, ressaltando os sentidos e significados que este adquire para existência.

Assim, a partir da colaboração desses autores é possível entender a dimensão corpórea como aquela de “um extrato mais profundo” que aquele do sujeito singular, noção que parece também estar contemplada no conceito de “complexo inato” de Merleau-Ponty sobretudo em que o aproxima em sua descrição a uma experiência afetiva da dimensão biológica, o qual, nos apropriando das considerações de Barbaras (2016 p. 17), revelaria a existência de um “si mais antigo e mais profundo que o eu”. Barbaras levanta a consideração de que este extrato seria investido pelo desejo uma vez que, para o filósofo, o desejo seria a manifestação de um movimento, de uma força “selvagem” a qual seria a prova dele mesmo visto que só se daria através deste.

Assim, para o filósofo esse extrato constitui-se em uma potência que não possui “nem nome nem face”, sendo, dessa forma, profundamente estranho à ordem do sujeito, no seio do qual, porém, esta tomaria forma. Esse âmbito se situaria, portanto, como o ponto de partida do psiquismo visto que este se comporia através da retomada de uma tradição pré-pessoal da experiência vivida. Essas reflexões se orientam, portanto, no sentido de assinalar que o bebê, nesse período inicial, não se constitui ainda na qualidade

de um sujeito portador de uma “vida oficial” e sim enquanto uma dimensão corporal da impessoalidade fundamentada em funções anônimas, que refletiriam o estado de um Si ainda não constituído enquanto corpo próprio.

Salienta-se, ainda de acordo com as considerações desses autores, que estas funções anônimas seriam fundamentadas em sistemas motores e sensoriais herdados durante a filogênese, ou seja, aqueles relacionados aos sentidos e a percepção, que seriam, nesse sentido “devedores de uma calibragem pré-natal” e nos tornaria aptos a diferenciar fenômenos externos a nós mesmos (Rochat, 2002 p. 241). Nesse sentido, Ribeiro (2000 p. 221) entende essa condição inicial como aquela em que a criança encontra-se entregue a um “absolutismo de excitações decorrente de uma radical abertura ao mundo” assim como expresso na passagem a seguir:

talvez pudéssemos dizer que a existência da criança nos seus primórdios resume-se a isto: o absolutismo de excitações decorrente de uma radical abertura ao mundo. Isso quer dizer que, no princípio do princípio, O mundo não seria "percebido" pelo bebê, ele simplesmente "existiria" e se "importaria" ao bebê como pura excitação (Ribeiro, 2000 p. 221).

Encontramos também nesta outra passagem uma continuação das considerações de Ribeiro (2000 p. 221) sobre esse ponto em que esboça uma compreensão do estado originário da existência pela via de “um aquém do sujeito”:

consideramos indispensável poder supor que a excitação que atribuímos à criança nos primeiros dias de vida não é, rigorosamente falando, vivenciada como excitação de nenhuma criança, de nenhum indivíduo possuidor de uma representação de si e nem mesmo de nenhum corpo ao qual corresponda uma representação psíquica. Ela não é vivenciada, como “excitação de”, mas simplesmente como excitação. E poderíamos acrescentar que, no princípio do princípio, é possível que esse absolutismo exclua até mesmo o ritmo e o registro das variações de intensidade e qualidade, já que não há nada, nenhuma instância, nenhuma memória que possa comparar uma excitação com outra, que possa distribuí-las no tempo ou localizá-las no espaço (Ribeiro, 2000 p. 221).

E, antes de ser percebido como objeto pelo bebê, Ribeiro (2000 p. 221) salienta que a presença do outro equivaleria às “excitações que ele produz ou aplaca”. Nesse sentido o autor pontua que: “dizemos "equivale" não no sentido de que essas excitações estejam associadas ao outro, mas no sentido de que elas são a única manifestação de uma presença que não tem como ser percebida enquanto tal”. Dadas essas proposições, considera-se que embora haja a manifestação de uma discriminação inicial do recém-nascido em relação ao seu ambiente, pode-se entender que esta se trate antes de uma distinção de natureza imediata, discriminativa, semelhante àquela dos animais.

Devedoras, portanto, como apontado acima, a “sistemas sensoriais herdados durante a filogênese” e a “uma calibragem pré-natal dos sistemas motores e sensoriais”.

Rochat (2002 p. 240) no entanto assinala que, desde a nascença, e até mesmo durante o estado fetal, o bebê manifestaria uma consciência implícita de seu corpo enquanto uma entidade diferenciada entre outras no ambiente manifestando-se enquanto um “Si” percebido e não ainda representado no sentido de um eu conceitual. Segue pontuando que esta consciência corporal não se resumiria a uma particularidade unicamente humana, defendendo que outras espécies de mamíferos e até mesmo de pássaros podem também possuí-la (Cemani-Spada, Aurelli & De Waal, 1995).

Encontramos nas análises de Wallon pertinentes ao contexto do recém-nato, apoio a essas colocações de Rochat, uma vez que nestas Wallon destaca que, inicialmente, o bebê permanece em estado de sono constante, suas aprendizagens e discriminações não possuindo caráter voluntário, ao contrário, sendo produzidas no imediato da experiência perceptiva, não havendo ainda, dessa forma, traços de uma exploração de um tatear sistemático. Wallon também relata que as imitações do recém-nascido costumam ser rígidas, não referentes a uma consciência explícita ou reflexiva.

Dessa forma Rochat (2002 p. 243) assinala que, embora a ocasião do nascimento, juntamente à emersão do “Si” corporal se trate de um acontecimento de grande magnitude do ponto de vista biológico, em se tratando do ponto de vista comportamental não possuiria a mesma significância, visto que, de acordo com esse autor, haveria uma continuidade dos comportamentos pré e pós natal do bebê o que sinalizaria uma continuidade na condição do si do sujeito, que seria, dessa forma, produto de uma experiência perceptiva imediata do corpo sustentada por funções anônimas em ação e dentro da flutuação de seus estados internos.

Em acréscimo as essas informações temos algumas formulações de Wallon, nomeadamente aquelas em que ele realiza uma descrição sobre os três primeiros meses de vida do bebê. Ele comenta que o recém-nascido dorme a maior parte do tempo durante esse período, respondendo a estímulos de natureza interna, às suas próprias sensações viscerais e posturais, muito mais do que a estímulos do ambiente externo ressaltando que, inicialmente, a afetividade reduzir-se-ia praticamente às suas manifestações somáticas. Assim, para ele, durante o decurso dessa fase inicial as duas expressões se intercambiariam tratando-se de uma “afetividade somática”, epidérmica, em que as trocas afetivas dependeriam inteiramente da presença concreta dos parceiros (Dantas, 1992 p. 40).

## 2.2 O egocentrismo infantil como uma experiência de abertura radical ao mundo

Esses momentos iniciais da vida da criança que se estendem até em torno de três meses são relatados por pesquisadores como Piaget por exemplo, como aquele em que vigora o egocentrismo. No entanto a compreensão desse egocentrismo aponta para uma interpretação diversa daquela que é descrita como uma incapacidade por parte da criança de situar-se em qualquer outro ponto de vista diferente do seu. Visto que o que de fato haveria seria apenas o absolutismo das excitações pertinente a atitude de um si que se ignora, que vive tão bem nos outros como em si mesmo, ou seja, de um ego que é latente, virtual. Nesse sentido Bimbenet (2002 p. 67) salienta que Merleau-Ponty propõe uma definição mais refinada desse egocentrismo infantil, fazendo uma releitura desta noção assim como foi dada pelo próprio Piaget:

Merleau-Ponty não cessa de fazê-la ouvir na Fenomenologia da Percepção. Essa é, de fato, uma observação que surge várias vezes nos cursos da Sorbonne: devemos entender o egocentrismo não como uma supervalorização do eu em detrimento dos outros ou do mundo, mas, ao contrário, como um "narcisismo sem Narciso". (de acordo com a expressão do próprio Piaget), um narcisismo no qual a distinção entre o eu e o mundo, como a do eu e dos outros, teria sido apagada. Um egocentrismo bem compreendido significa muito menos a centralização da experiência em torno de si do que, pelo contrário, uma diluição radical desse eu, um estado em que o sujeito e o objeto ainda estão confusos, o interior e o exterior, o pensamento e coisas: "longe de significar um excesso de autoconsciência, esse conceito evidencia a falta de autoconsciência [...] O eu não sabe que é o centro do mundo" (Bimbenet, 2002 p. 67, tradução nossa).

No contexto dos estudos psicanalíticos encontramos a descrição de uma patologia psíquica que apresenta correspondências com essa condição do egocentrismo originária do bebê de modo que esta parece situar-se como uma evidência à proposição de Merleau-Ponty sobre o desenvolvimento do domínio afetivo em sua pontuação de que na ordem emocional a emergência da autoconsciência é muito mais tardia e mais difícil que a autoconsciência em relação aos objetos externos. Tal condição está envolvida no contexto das análises psicanalíticas da identificação histórica.

Borch-Jacobsen (1982 p. 160) ressalta a existência de um egoísmo bastante singular nesse contexto, que se assemelha àquele do recém-nascido o que se evidencia na seguinte condição descrita pelo autor de que "o eu, confundindo-se sempre com um outro nunca é propriamente ele mesmo". Borch-Jacobsen (1982 p. 160) ressalta, dessa forma, que "tratar-se de um egoísmo irreduzível à simples afirmação do eu enquanto tal. Para se

afirmar ele necessita invariavelmente fazer-se passar por um outro com quem estabelece relações de semelhança”. Pode-se dizer, dessa forma, que essa condição vivenciada pela histórica nos estudos de Freud se trataria, de um tipo de identificação generalizada envolvida em uma experiência vivida “a muitos”, que como destacaremos adiante, apresenta uma aproximação significativa com o estado do egocentrismo infantil.

### **2.3 A expressão dos afetos na experiência infantil inicial**

Retomando a experiência da excitação vivenciada pelo bebê de modo a empreender uma leitura do que se trataria essa condição, Ribeiro aponta que esta seria reflexo de uma afetividade essencialmente difusa, que é compreendida pela psicanálise como “auto-erótica”. Essa condição expressaria, em termos psicanalíticos, o comportamento de uma sexualidade e afetividade que vincula a obtenção prazer à estimulação do próprio corpo. Dessa forma, endereçando-se a essa condição inicial do bebê Ribeiro (2000 p. 221) pontua que é possível que:

possamos pensá-la como uma forma de existência em que qualquer tipo de relação submerge no absolutismo das excitações, distanciando-se assim de qualquer referência a alguma coisa de próprio, de interno ou de si mesmo, um auto-erotismo, então, sem sujeito nem objeto, mesmo que nós, adultos, o vejamos como excitação de um sujeito que interage com objetos (Ribeiro, 2000 p. 221).

Tal condição inicial da criança remeteria de acordo com a perspectiva psicanalítica, a uma “fragmentação pulsional”, caracterizando-se, portanto, como um estágio anobjetal que precederia a convergência das pulsões parciais para um objeto comum. Tal condição implicaria, dessa forma, a ausência do ego ou pessoa como objeto total, ou seja, sem referência a uma imagem unificada do corpo. Dessa maneira, a partir dessa compreensão proposta pela perspectiva psicanalítica em que a sexualidade é relacionada com as manifestações do desejo, a sexualidade é vista como não dizendo respeito apenas à atividade genital, mas correspondendo a toda uma série de excitações ou atividades presentes desde a tenra idade, tratando-se, dessa forma, uma sexualidade “pré-genital” que implicaria em marcos fundantes para um direcionamento de como irá se estruturar a futura vida adulta do sujeito. A sexualidade da criança manifestaria nesse contexto, de acordo com Bimbenet (2002 p. 72), através de uma plasticidade espetacular tal como Freud a reconhecera nos “Três Ensaios sobre Sexualidade” em que esta exemplificaria uma “antecipação do futuro no presente da criança”.



O filósofo continua suas considerações nesse sentido pontuando que, “se a sexualidade freudiana não é um "instinto" e se engaja na existência humana, se é o movimento pelo qual a natureza é excedida na cultura, é temporalmente que se deve conceber essa superação”. O filósofo acentua dessa forma que a sexualidade infantil se trataria de um "polimorfismo" no sentido de constituir-se como uma exploração ativa das diferentes possibilidades eróticas oferecidas ao corpo da criança tornando-se indiferenciada, nesse sentido, devido a seu caráter exploratório (Bimbenet, 2002 p. 72). Ribeiro (2000 p. 257) acentua que em um momento seguinte à situação inicial descrita acima como auto-erótica, a experiência da sexualidade infantil adquiriria um caráter ativo de exploração e antecipação, pois comenta que esse é o período em que ocorreria a descoberta da diferença anatômica dos sexos, esta tendo incidência sobre a diferença dos gêneros e estabelecendo o imperativo à criança de se posicionar perante essas diferenças. O autor ressalta que, a partir desse momento, a sexualidade passaria a ser comparada, avaliada e medida a partir do padrão fálico

### **3. A distinção entre os domínios interno e externo na experiência infantil inicial**

#### **3.1 Crítica de Merleau-Ponty aos pressupostos clássicos sobre a relação com a alteridade**

Nos deteremos a seguir a apresentar as considerações de Merleau-Ponty e demais autores aqui tratados sobre a questão de que contexto e em que condições se daria o contato da criança com o outro. Estendendo nossas considerações nesse sentido, encontramos em Merleau-Ponty, em seus cursos sobre *Psicologia e Pedagogia da Infância* (1949-52/2010 p. 246) já citados, uma análise aprofundada sobre as condições genéticas em que se daria esse encontro. Neste curso o filósofo contesta os referidos pressupostos objetivistas da psicologia clássica de modo a estabelecer sua crítica e apresentar seu pensamento sobre qual seria a natureza das relações da criança com o outro e como ela se estabeleceria.

Dessa maneira, Merleau-Ponty resgata duas noções presentes na psicologia objetivista, que se referem mais diretamente a esse contexto, que são aquelas de “psiquismo” e “cenestesia” no sentido de apresentar seus prejuízos e dificuldades, para em seguida expor sua compreensão de como se estabelecem os vínculos iniciais da criança com o seu meio. Assim, Merleau-Ponty aponta que a psicologia acadêmica de então situava o psiquismo como sendo “aquilo que é dado apenas a um só sujeito” sendo

que, através dessa perspectiva, a “minha sensação de verde, de vermelho, por exemplo, não seria jamais conhecida pelo outro” (Merleau-Ponty, 149-52/2010 p. 246). O filósofo destaca, dessa forma, que tais sensações são tratadas por essa perspectiva como um fenômeno privativo à esfera psíquica do sujeito e portanto, não compartilhada, assim como seu psiquismo torna-se inapreensível em sua essência mesma e portanto, incomunicável.

Ainda dentro de uma análise de como a perspectiva da psicologia clássica aborda o tema das relações com o outro, Merleau-Ponty questiona, como se fundaria nesta a possibilidade da representação do corpo do outro. Para o filósofo a noção de cenestesia surge nesse contexto para dar conta da presença desse corpo que seria habitado por um psiquismo. Por meio dessa perspectiva, o corpo do sujeito é apreendido em meio de uma massa de sensações brutas que o informariam sobre o estado de seus diferentes órgãos e suas diferentes funções. Para Merleau-Ponty, o conhecimento do outro se torna impossível se se considerar que este conhecimento se dá pela cenestesia, uma vez que, se a consciência do corpo não é apreendida pelo sujeito senão por essa via, esta se manteria impenetrável ao outro.

Nesse contexto, assinala Merleau-Ponty que o recurso que restaria de acesso ao outro então, seria supor que, como espectador dos gestos deste, eu decifraria as expressões que me são doadas por ele, e que, eu, por minha vez, projetaria neste outro aquilo que sinto de meu próprio corpo. O problema da experiência do outro apareceria então, segundo as análises da perspectiva objetivista feitas Merleau-Ponty, como um sistema de quatro termos:

- 1) Meu corpo como objeto,
- 2) eu que sinto o meu próprio corpo (o que refletiria a imagem interoceptiva do meu próprio corpo),
- 3) o corpo do outro visto por mim (sua imagem visual)
- 4) e o sentimento que o outro possui de sua própria existência.

Para Merleau-Ponty, a percepção do outro consistiria, desse modo, da dedução do quarto termo a partir do terceiro por analogia com a suposta relação do primeiro e do segundo termo. À vista disso, Merleau-Ponty procura salientar, no entanto, “que a percepção infantil se revela resistente ao enquadramento no modelo das sensações, na medida em que se dirige aos objetos conferindo-lhes significados que não são condizentes com sua suposta materialidade enquanto conjuntos qualitativos dados”. Pois, tal modo de percepção para ter lugar, segundo Merleau-Ponty, necessitaria se fundar sobre um tipo de

analogia entre os gestos próprios e os do outro. Necessitando haver, dessa forma, uma correspondência “pontual” entre o corpo visto e o corpo sentido Merleau-Ponty (1949-52/2010 p. 246).

Em desacordo com essa posição, Merleau-Ponty salienta que, na fase inicial da vida, a criança possuiria uma experiência ínfima de seu próprio corpo visual, assim como ressalta a condição de que a imagem interoceptiva de seu próprio corpo seria muito diferente da imagem visual do outro que ela possui. Nesse sentido, dadas as proposições apresentadas até aqui em relação a essa fase originária da existência que é a vivenciada pelo bebê, que como vimos se colocam contra uma concepção solipsista do sujeito, buscaremos delinear em sequência uma descrição de como se dá essa experiência inicial de modo a acentuar a disposição apontada por Wallon já anteriormente destacada do bebê ser um ente geneticamente social. Nesse sentido apontaremos alguns marcadores que refletiriam essa disposição “inata” do bebê para o envolvimento e a participação nas trocas sociais.

Cabe ressaltar, como desdobramento da crítica de Merleau-Ponty à perspectiva objetivista da psicologia clássica que a descrição do comportamento infantil revela que a percepção da criança é desde o início orientada para as interações sociais visto que esta recorta sobre o mundo natural um mundo predominantemente humano em que sua atenção se dirige para os gestos das outras pessoas antes de se dirigir para puros objetos naturais, assim como paralelamente a isso, e é o que pretendemos destacar, é que sua apreensão das coisas jamais dispensa por completo um caráter afetivo, mesmo no desenvolvimento dos modos mais intelectualizados de relação com aquelas.

### **3.2 A imitação neonatal e a discriminação dos domínios interno e externo da experiência**

Em seguimento a essas considerações e tendo em vista a proposta de alcançar um entendimento de como se dá essa apreensão afetiva das coisas pela criança indicada acima, retomaremos a discussão já esboçada anteriormente referente à distinção entre os domínios externos e internos na percepção do bebê. Consideramos importante para este trabalho retomá-la de modo a situar as implicações afetivas que estariam relacionadas a essa distinção assim como também para realizar uma apreciação de seus desdobramentos.

Nesse sentido retomaremos as asserções que Shaun Gallagher e Andrew Meltzoff realizaram em seu artigo de 1996, trabalho em que estes autores comparam os estudos de

Merleau-Ponty do desenvolvimento infantil à estudos mais recentes sobre esse campo. Nesse trabalho os autores questionam a afirmação do filósofo feita em seus cursos da Sorbonne e aqui já citadas de que o senso de si é adquirido através do processo desenvolvimental. Estes autores argumentam que os estudos do filósofo referentes a imitação neonatal mostraram recém-nascidos fazendo algo que Merleau-Ponty teria se recusado a admitir, ou seja, que os bebês podiam imitar os gestos faciais dos outros.

Estes estudos, teriam se colocado, dessa forma, contrariamente a afirmação que atribuíram a Merleau-Ponty, uma vez que através deles teriam chegado à conclusão de que o recém-nascido seria capaz de diferenciar entre o eu e o não-eu. Citam como exemplo um estudo que fizeram com um bebê que tinha apenas 42 minutos de idade em que identificaram essa discriminação inicial do recém-nato. De modo a fundamentar teoricamente seus achados esses autores postularam que o bebê possuiria desde sua nascença não apenas o que chamaram de um “esquema corporal primitivo”, mas também uma "imagem corporal primitiva" (Gallagher e Meltzoff, 1996 p. 223).

No entanto Whitney (2012 p. 185) pontua que especialistas em Merleau-Ponty como Welsh (2006) questionaram essa posição oferecendo uma contra argumentação no sentido de assinalar que a imitação neonatal não forneceria uma base suficiente para a autoconsciência e a conscientização inatas. Assim como também questionou se o que Gallagher e Meltzoff tinham observado se tratava realmente de imitações, e no caso afirmativo, se essas imitações indicariam a presença de versões "primitivas" de estruturas fenomenológicas presentes nos comportamentos imitativos orientados por objetivos, exibidos em crianças mais velhas e adultos.

A partir das conclusões de suas análises a autora argumenta que se deveria considerar a possibilidade de que a imitação neonatal, ao invés de tratar-se de uma ‘imitação verdadeira’, se trataria de um comportamento mimético fenomenologicamente único que demandaria uma descrição e explicação particulares, sobretudo uma que não dependesse da evocação da noção de imagem corporal assim como o tipo de distinção implicada nesse campo. Assim, conforme apontado por Whitney (2012 p. 186), Welsh teria acentuado, como desdobramentos dessa questão, que na medida em que os estudos de Meltzoff e Moore estabeleceram com sucesso a imitação neonatal, a alegação da atuação de um esquema corporal teria se estabelecido nesse contexto de maneira isenta de controvérsias, ao contrário do que se refere a segunda alegação desses autores que era a de que haveria a presença de uma imagem corporal, a qual foi contestada. (Welsh, 2006 p. 225).

### 3.3 Introdução dos conceitos de esquema corporal e imagem corporal

De modo a termos subsídios para continuar as reflexões aqui propostas, realizaremos uma apresentação sobre o que se tratam essas noções de esquema corporal e imagem corporal apresentadas Meltzoff e Moore de modo a efetuarmos um delineamento inicial sobre esses conceitos. Assinalamos, no entanto, que estes serão retomados e desenvolvidos neste trabalho uma vez que se apresentam como figuras centrais na composição do contexto do desenvolvimento afetivo inicial, situando-se como manifestações privilegiadas da intencionalidade afetiva no campo da experiência vivida da criança e refletindo as relações de ser que esta mantém com os outros e com o mundo. Nesse sentido Whitney (2018 p. 29) destaca que:

Durante grande parte da história dos termos “esquema corporal” e “imagem corporal”, eles não foram distinguidos. No entanto, especialmente desde o trabalho de Shaun Gallagher sobre esses conceitos na década de 1980, sua distinção tornou-se comum na psicologia do corpo e na filosofia fenomenológica. Sua distinção identifica o esquema corporal como a integração pré-reflexiva do corpo e de seu ambiente, um corpo sentido e operativo, e não representativo; enquanto a imagem corporal é uma representação explícita e consciente do corpo para si como um objeto perceptivo (1986, 541 apud Whitney, 2018 p. 29, tradução nossa).

Whitney (2018 p. 32) destaca que haveria uma distinção entre a compreensão do esquema corporal e do senso de imagem corporal proposta por Gallagher daquela de Merleau-Ponty. A autora assinala, dessa forma, que, embora veja uma distinção entre a imagem corporal e o esquema corporal sendo feita nos cursos do filósofo sobre a infância, essa distinção não corresponderia àquela que Gallagher descreve, ou seja, a descrição que localiza o esquema corporal e a imagem corporal como estruturas fenomenológicas independentes.

A autora salienta assim, que enquanto o esquema corporal constitui-se como a estrutura que acomoda a reversibilidade geral dos sentidos e, finalmente, da interocepção e exterocepção, a imagem corporal se trataria de uma exterocepção particular do corpo que, através do esquema corporal, é reciprocamente expressa, como interocepção de maneira única. A autora pontua que a assunção da imagem corporal seria descrita por Merleau-Ponty em sua leitura do estádio do espelho se daria por meio da força de um investimento afetivo a partir do qual essa imagem torna-se o contorno sentido da interocepção, a forma do sentido de lugar do corpo, isto é, o corpo propriamente dito.

#### **4. O entrecruzamento das dimensões de generalidade e pessoalidade na experiência infantil**

##### **4.1. Sexualidade coextensiva aos demais domínios da existência**

No sentido de aprofundar o entendimento da dimensão corporal e afetiva da existência assim como também de situar o contexto em que se dão as trocas e a experiência compartilhada do bebê em seus primeiros momentos de vida, retomaremos as considerações de Ribeiro (2000 p. 221) anteriormente apresentadas em referência a experiência inicial do bebê ser tomada como aquela de uma excitação sem sujeito, “de nenhum indivíduo possuidor de uma representação de si e nem mesmo de nenhum corpo ao qual corresponda uma representação psíquica”.

Nesse sentido, será retomada a discussão sobre a sexualidade anteriormente iniciada, porém, nesse momento esta será tratada sob um outro aspecto que é aquele destacado por Merleau-Ponty de que a noção de sexualidade insere-se em meio um entrecruzamento de uma dimensão pessoal e impessoal da experiência corporal uma vez que assinala que é na sexualidade que as duas dimensões se articulam e inauguram a história pessoal do sujeito.

No sentido de elaborar um entendimento sobre esse ponto, Merleau-Ponty, no capítulo em que trata do “Corpo como Ser Sexuado” de sua obra *Fenomenologia da Percepção* questiona-se se a existência inteira teria uma significação sexual, ou se todo fenômeno sexual teria uma significação existencial (1945/1999, p. 219). Suas reflexões sobre esse campo dirigem-se em direção a consideração de que a sexualidade, tomada em sua perspectiva erótica e afetiva e não apenas sexual/genital, adquire o sentido de uma “intencionalidade original” que, em suas palavras “segue o movimento geral da existência e inflete com ela” (1945/1999, p. 217).

Assim, para Merleau-Ponty “a sexualidade deixa de constituir um ciclo autônomo e independente dos outros domínios da existência”, pois, assim como os outros modos do ser no mundo, “ela está ligada interiormente ao ser cognoscente e agente inteiro em uma relação de expressão recíprocas” (1945/1999, p. 218). A sexualidade enquanto fenômeno erótico é apresentada por Merleau-Ponty, dessa forma, como “atmosfera ambígua e coextensiva à vida” (1945/1999, p. 233). Manzi (2016 p. 284) ressalta que o entendimento proposto por Merleau-Ponty sobre a condição existencial da sexualidade “sublinha um princípio de indeterminação, própria à existência: o equívoco é constitutivo da vida

humana, uma vez que tudo que vivemos e que pensamos têm vários sentidos”.

O autor usa a seguinte passagem do filósofo para ressaltar esse aspecto: "Há aí formas confusas, relações privilegiadas, de nenhum modo 'inconscientes' e, portanto, sabemos claramente que elas são vesgas, que elas têm relação com a sexualidade, sem que elas a evoquem expressamente" (Merleau-Ponty, 1945/1999 p. 196). Outra passagem em que é evidenciada a promiscuidade identificada por Merleau-Ponty entre sexualidade e existência é aquela em que o filósofo assinala que há osmose entre a sexualidade e a existência, uma vez que considera que se a existência se difunde na sexualidade, reciprocamente a sexualidade se difundiria na existência. Tal condição remeteria a uma ampliação do horizonte da sexualidade, agora compreendido a partir de uma co-determinação entre existência e vida sexual ou afetiva. E como destaca Manzi (2016 p. 285) a sexualidade não se colocaria, assim, “em uma ordem superior ou autônoma, estando, ao invés disso, “ligada à integridade de todo ser humano”.

Nesse contexto Merleau-Ponty ressalta a contribuição da psicanálise no fato de que esta, ao insistir na sexualidade como infraestrutura integrada a toda a existência, acaba por estabelecer uma noção mais alargada desta última. Ponto de vista a que o filósofo se aproxima ao assinalar que a sexualidade compõe-se como poder geral do corpo em investir no mundo, o que não se trataria, de acordo com Manzi (2016 p. 285), de privilegiar a sexualidade nesse sentido e sim de evidenciá-la como inseparável do modo de vida do sujeito visto que acentua que “tudo é sexual porque temos corpos”.

Assim o autor acentua que o objetivo do filósofo ao tratar desse aspecto da sexualidade é descrevê-la enquanto um modo corporal de se relacionar com o mundo. Nesse contexto Manzi (2016) destaca dois sentidos que Merleau-Ponty identifica ao valer-se das contribuições da psicanálise:

Isso fica mais claro se tomarmos um curso posterior à Fenomenologia da percepção ministrado em Sorbonne e denominado A criança vista pelo adulto. Isso porque, neste momento do curso, o filósofo deixa claro que há dois modos de pensar a psicanálise. No primeiro caso, um modo que ele considera equívoco e que se situa nos primeiros textos de Freud, ao reduzir o drama individual ao drama sexual. Ou seja, o drama sexual teria um valor explicativo universal seguindo três etapas: 1) o comportamento do indivíduo repousaria na sua história infantil; 2) a história infantil permaneceria em estado inconsciente na vida adulta; 3) o conteúdo inconsciente teria uma natureza sexual (MERLEAU-PONTY, 1988, p. 95). No caso de a história infantil permanecer em estado inconsciente na vida adulta, que teria sido estabelecido pelos textos de Freud mais maduro e seguido por Georges Politzer, Gaston Bachelard, Jean Paul Sartre e Jacques Lacan, a psicanálise é pensada num sentido largo, muito mais enriquecedor que os primeiros trabalhos de Freud. Merleau-Ponty destaca três etapas nesse modo de pensar a psicanálise:

1) a história infantil não determinaria a conduta do sujeito, mas seria sempre recriada nas suas atitudes atuais; 2) o inconsciente deve ser pensado como ambivalência, como sugere Politzer; 3) o sexual não é reduzido ao genital (p.286).

A partir das pontuações acima realizadas por Merleau-Ponty sobre como compreende as relações entre sexualidade e existência, verifica-se que o filósofo certamente adota a perspectiva referente aos textos do Freud mais maduro tal como descrita acima por Manzi em que a consideração do sexual não passa mais por uma relação direta com os órgãos genitais situando-se como uma condição fronteira entre uma dimensão de generalidade e seu avanço em direção a singularidade e a experiência pessoal.

Nesse sentido, o ponto que queremos destacar aqui por ser de interesse em relação as discussões que realizaremos sobre a esfera afetiva, é aquele que Manzi destaca em relação à Freud uma vez que considera que o psicanalista estaria propondo em seus últimos escritos, que as relações sexuais se tratariam de investimentos afetivos em geral que se manifestariam por exemplo, nas projeções, identificações e fixações, que a psicanálise descreve, compondo-se, segundo o autor, como fenômenos de alienação em outrem num sentido meta-genital” (2016 p. 286). Dessa maneira, Merleau-Ponty traduziria esse modo mais largo de compreender a psicanálise que não se trataria, em seu ponto de vista, de “uma explicação pansexual da experiência vivida, mas de uma generalização da noção de corporeidade, de consciência do corpo” (Merleau-Ponty, 1988, p. 96).

Destacamos assim, que para nos aproximarmos das manifestações da dimensão afetiva na infância, o presente trabalho também valeu-se dessa perspectiva acima destacada por Merleau-Ponty uma vez que utilizamos de algumas teorizações psicanalíticas, como àquelas referentes ao estudo psicanalítico das e sobretudo com a noção que apresentamos anteriormente de “identificação feminina primária”, a qual foi desenvolvida por Ribeiro (2000) em seu diálogo com autores mais recentes desse campo (Laplanche, 1993; Bleichmar, 1994) visto que estas se mostram de relevante interesse para o presente trabalho uma vez que se dirigem ao campo das primeiras relações afetivas da criança com seu entorno humano, sobretudo em relação a seus cuidadores.

#### **4.2 Intencionalidade corporal e investimento afetivo**



Nesse contexto o sentido que queremos destacar nessas considerações sobre a sexualidade é aquele expresso por Merleau-Ponty em que o filósofo passa a compreendê-la como como poder geral do corpo de investir no mundo a partir de uma intencionalidade original que, “sem ser objeto de um ato da consciência expresso, pode motivar as formas privilegiadas da minha existência” (Merleau-Ponty, 1945/1999, p. 197).

Manzi (2016, p. 286) faz um comentário nesse sentido pontuando que a sexualidade passa a ser compreendida por essa perspectiva como “um investimento cego, uma intencionalidade que não é "visível" à consciência” que seria responsável pela abertura de um novo setor do ser que só pode ser acessível pela afetividade. Dessa forma, Manzi (2016 p. 286) pontua que o acesso a esse setor não se daria no nível do "eu penso que", pois tratar-se-ia de uma relação com o mundo e com os outros devedora de intencionalidade mais originária, a que Merleau-Ponty denomina corporal, pois a sexualidade motivaria a conduta sem ser objeto expresso da consciência.

Merleau-Ponty ressalta essa circunstância na passagem que assinala que: "há uma 'compreensão' erótica que não é da ordem do entendimento, pois o entendimento compreende quando percebe uma experiência sob uma ideia, enquanto que o desejo compreende cegamente religando um corpo a um corpo" (Merleau-Ponty, 1945/1999, p. 183).

Nesse ponto, dadas essas considerações de Merleau-Ponty e que foram discutidas por Manzi sobre o entendimento que o filósofo constrói em torno da esfera sexual enquanto essa intencionalidade corporal que não é da ordem do entendimento, iremos recorrer a outros autores de modo a delinear uma compreensão dos elementos que envolveriam essa perspectiva, de modo que apresentaremos aqui as reflexões de Marion e Barbaras, um vez que as consideramos relevantes para a caracterização do fenômeno afetivo de que estamos tratando.

Nesse sentido Jean-Luc Marion, em seu texto *D'un Phénomène Érotique*, (2012) aborda a questão erótica e afetiva se posicionando de maneira contrária a perspectiva que o autor identifica no campo da filosofia que é aquele da redução do fenômeno do amor a um conceito, o qual, em si mesmo não revelaria o erótico. Assim, o filósofo busca substituir a posição adotada por essa perspectiva indicando um cenário diverso em que o fenômeno amoroso se destacaria e se estabeleceria ele próprio como uma redução eidética ou esclarecedora da abertura e do conjunto da experiência do sujeito. Assim, Marion questiona se o amor, enquanto disposição erótica, pode determinar a totalidade da experiência do sujeito. O filósofo admite que há um sentido nesse questionamento se se

considera seriamente a tese de que o amor não se resume nem a um sentimento, nem a uma paixão, constituindo-se, no entanto, como uma determinação contínua do ego (Marion, 2012 p. 140), não havendo, dessa maneira, ego que já não se encontre em uma situação erótica.

Nesse sentido, Marion procura destacar que a instância erótica não é simplesmente subjetiva, fechada dentro da esfera individual, se exercendo na totalidade da experiência do sujeito, em um movimento coerente àquele de Merleau-Ponty que assinalamos acima que é o de considerar a dimensão sexual afetiva como coextensiva à vida. Como um desdobramento dessa posição, Marion especifica em que termos se daria essa abertura relativa a essa intencionalidade pontuando que esta se daria em suas dimensões fundamentais, tais aquelas de espaço, tempo e ipseidade. Dessa maneira, segundo Marion, o fenômeno erótico deixa de designar apenas uma área particular e circunscrita da experiência, se estabelecendo como o lugar próprio de uma fenomenologia. Uma vez que em seu ponto de vista, “é preciso conceber o amor como o *motif fondamental* da compreensão fenomenológica”(Marion, 2012 p. 141, grifos originais do autor).

Tal tese, comenta Marion, embora encontre ressonâncias nos enunciados de Heidegger, não foi inicialmente formulada por ele, como as vezes pode se supor, mas por Santo Agostinho. Assim ele retoma a passagem de Santo Agostinho em que este último afirma que “não há quem não ame; por isso não se deve perguntar a cada um se ama ou não, mas apenas a quem se ama”. Dessa maneira, Marion esclarece que nesse enunciado a pergunta pede para que seja feita uma escolha em relação aquilo ou a quem amamos, e não procura saber se amamos ou não, porque, segundo ele, quer queiramos ou não, não podemos “não amar”. Nesse sentido ele pontua que o amor não é uma paixão, e sim o elemento que abre o horizonte da própria subjetividade (Marion, 2012 p. 140).

Para o autor, portanto, se a questão posta por Santo Agostinho não se destina a saber se amamos ou não é porque nos encontramos sempre em situação de amar, mas procura saber, no entanto a quem amamos colocando-se, dessa forma, como prova, pelo menos latente, da redução erótica. Salienta assim que a experiência para nós se organiza por uma redução que abre o campo do dado segundo os limites do erótico. Em outras palavras, assinala que “a nossa experiência é tão ampla quanto a nossa capacidade de entrar em situação erótica”. Marion continua suas colocações comentando que:

Nós não vivemos senão aquilo que visamos como uma experiência possível, portanto os limites da experiência são fixados pela redução erótica. Quanto mais amamos, mais nós abrimos o possível. Quanto mais restrita a experiência da redução erótica, mais o campo da experiência possível se encontra a si mesmo

determinado. Heidegger a seu modo, especificamente, retomando Santo Agostinho tinha enunciado a tese de que o Dasein nunca estava sem uma determinação, uma tonalidade afetiva (*Stimmung*). Não há nunca um Dasein neutro, uma vez que ele se encontra sempre já orientado em direção ao mundo na medida de sua preocupação. Da mesma forma que Heidegger dificilmente pode evitar interpretar a situação amorosa como tonalidade afetiva, nós podemos afirmar que a tonalidade afetiva por excelência remete, obviamente, ao amor. O amor constituindo a tonalidade afetiva fundamental e, a medida em que estou em uma redução erótica, um mundo é aberto para mim, ou seja, que não entramos na experiência de mundo a não ser na medida da redução erótica que nos abre a ele (Marion, 2012 p. 141, tradução nossa).

Na *Fenomenologia da Percepção* de Merleau-Ponty encontramos uma passagem, além das já citadas anteriormente, em que este aspecto do fenômeno erótico/afetivo também é destacado. Assim, o filósofo acentua este aspecto da seguinte forma: “procuremos ver como um objeto ou um ser põe-se a existir para nós pelo desejo ou pelo amor, e através disso compreenderemos melhor como objetos e seres podem em geral existir” (1945/1999, p. 213). Ainda nesse sentido, temos a contribuição de Furlan (2016, p. 394) que pontua que, “em particular, o tema do erotismo em Merleau-Ponty pertence à ordem da abertura do campo transcendental de sentido da experiência humana, isto é, encontra-se inscrito desde o princípio na percepção”.

Essas pontuações sobre o campo do erotismo e da afetividade também se encontram no cerne das discussões de Barbaras (2016) sobre o campo do desejo, visto que o filósofo assinala em sua obra “*Le Desir et le Monde*” que as dimensões do desejo, do sentimento e do conhecimento enraízam-se em um campo comum, ou seja, aquele do desejo transcendental, estabelecendo-se como diferenciações privilegiadas deste, de modo que nos propomos retomá-las de modo a analisar seus desdobramentos na experiência infantil inicial.

Assim, Barbaras (2016 p. 41) na referida obra se propõe a realizar uma análise fenomenológica do desejo enquanto fundante do acontecimento humano. Se propõe, dessa forma, a realizar um “*epochè*” fenomenológica, ou seja, uma redução fenomenológica tal qual é proposta por Husserl, colocando em suspenso a atitude natural concernente ao desejo, e mais precisamente seu objeto afim de remontar a especificidade do desejo como tal (Barbaras, 2016 p.41, grifos originais do autor). Nessa redução ele se propõe a investigar a seguinte questão: “o que seria o próprio do desejo?” Ele orienta suas análises nesse sentido partindo inicialmente da investigação do desejo sexual, afirmando que essa redução não visaria, portanto, se afastar da sexualidade mas em lhe descobrir o sentido mais profundo.

Dessa maneira, o filósofo dedica-se a analisar as situações em que parece haver desejo sem amor, como por exemplo, na vigência do desejo sexual, tanto quanto as situações em que o amor se manifesta sem desejo, ou seja, no amor aos livros, no amor maternal e no amor a Deus, por exemplo. No caso do desejo sexual, por exemplo, destaca que este se trata de um “desejo privado de uma dimensão de si mesmo”, ou seja, através dessa colocação sugere a existência de diferenciações internas a este domínio como diferentes modos de manifestação, diferentes categorias de realidade em que o desejo se apresenta (Barbaras, 2016 p. 41).

Assim, Barbaras se interroga sobre a possibilidade ou não do amor e o desejo sexual de fazerem parte de uma mesma condição comum, chegando a concluir que sim, de modo a considerar que ambas as dimensões instituem-se como elementos de uma diferenciação interna ao próprio campo do desejo enquanto dimensão transcendental. Assim Barbaras destaca que o desejo, na plenitude de seu sentido, é compreendido como não sendo estrangeiro ao amor, sendo ao contrário disso, indiscernível deste (Barbaras, 2016 p. 219).

Barbaras segue pontuando que é difícil pensar o desejo na plenitude de seu sentido sem uma referência a qualquer coisa como o amor, assim como é difícil de pensar o amor como tal sem incluir nele uma dimensão de desejo, entende-se o desejo como uma aspiração a juntar-se ao objeto de amor, a estar em sua presença, ou seja, a se unir a ele, qualquer que seja a modalidade dessa união. Para o filósofo é preciso então reconhecer que o amor e o desejo não podem ser postos como exteriores um ao outro de modo que o sentimento passa a ser considerado, por essa perspectiva, como um momento constitutivo do desejo transcendental.

Como um prolongamento dessas considerações o filósofo também pontua que, se “o desejo é fenomenalizante, ou sobretudo a condição da fenomenalização, ele não poderia se colocar em movimento se não estivesse originariamente em relação com aquilo que irá fenomenalizar. A saber, o mundo” (Barbaras, 2016 p. 224). Assim, para Barbaras o sujeito da aparição jamais poderia avançar em direção ao mundo como fundo de toda aparição se ele já não o tivesse encontrado. É necessário, portanto admitir, a existência no coração do desejo, uma prova muito singular que é aquela do mundo em si mesmo. Nesse ponto o filósofo ressalta a existência de uma “arqui-passividade” constituinte do sentimento como condição e inverso de sua atividade (Barbaras, 2016 p. 224, grifos originais do autor).

Essa circunstância em que a expressão desejante se desdobra em termos de relações entre atividade e passividade, tal como apontada ressaltada pelo filósofo, parece remeter ao aspecto destacado na descrição que Mazis (1999 p. 304) realiza ao dirigir suas reflexões para o campo dos fenômenos afetivos. Dessa maneira o autor salienta que termo “*feeling*” (sentimento), remonta à palavra “*falma*”, de origem islandesa, que significa “tatear”. Tatear significaria, nesse sentido, se dirigir em direção ao mundo, ser ativo. Tais considerações em relação ao termo “*feeling*” parecem dessa forma, referir-se ao aspecto dinâmico do fenômeno desejante tal como Barbaras o situa.

Enquanto que no que se refere ao termo “paixão”, Mazis (1999 p.304) pontua que este remeteria, em sua etimologia a “sofrer” ou a “submissão a”, referindo-se ao outro aspecto da vida afetiva que seria aquele de se submeter ao mundo, ou ser passivo o que remeteria à dimensão de abertura e a condição de transcendência do sentimento apontada pelo filósofo. Mazis (1999 p. 304) pontua que tais colocações à luz da filosofia de Merleau-Ponty, apontam para uma reciprocidade entre homem e mundo dentro de uma circularidade em que a expressão do sujeito e a impressão do objeto se constituiriam como uma e mesma coisa através da vivência afetiva.

Dessa forma Barbaras (2016 p. 225) assinala que o amor é sentimento, ou seja, “pura prova de uma alteridade que suscita o movimento do desejo, o desvelamento de um mundo se dando imperiosamente como a ser explorado”. Condição que o caracteriza, portanto, como uma passividade radical. O que, na visão do filósofo, não indica que haja qualquer contradição em relação ao desejo, visto que o movimento deste supõe que ele seja já iniciado àquilo que ele buscará, sua atividade supondo essa passividade. Ainda nesse sentido, o filósofo aponta que o amor desvela o objeto em sua transcendência e sua inacessibilidade constitutivas.

Ele doa, de um só golpe a direção ao desejo, mas o objeto desse desvelamento não se distingue do movimento que ele suscita. O amor é para Barbaras, portanto, o que no seio mesmo do desejo, lhe indica o caminho, como uma chama que o ilumina mas que não deve senão ao desejo seu brilho. Para o filósofo o amor doaria o horizonte ao desejo, ou sobretudo, se comporia como o horizonte mesmo, como uma sorte de excesso do desejo sobre si mesmo que lhe permitiria avançar, uma bussola que não cessaria de lhe indicar o caminho (Barbaras, 2016 p. 226).

Desse modo verificamos que, na acepção de Barbaras sobre o amor e o desejo, que o filósofo os situam como “fenômenos rigorosamente indissociáveis”, de fato, “indiscerníveis como duas faces do mesmo fenômeno que chamou de amor”. Nesse

sentido Barbaras esclarece que o campo do fenômeno desejante se manifesta em dois níveis, salientando uma correspondência entre eles. Assim, para o filósofo, o amor é ao desejo empírico o que o sentimento é para o desejo transcendental, aqueles apresentando-se como sua forma “dessublimada” destes últimos. O filósofo procura acentuar através dessa descrição duas condições presentes no entendimento do desejo e do sentimento amoroso (Barbaras, 2016 p. 223).

A primeira delas é o sentido transcendental dessas dimensões e o seu sentido empírico como representante daqueles. Assim ele destaca que no nível transcendental encontramos o desejo como expressão de uma atividade, um movimento e por outro lado encontramos o amor que é identificado ao sentimento mesmo como expressão de uma passividade constituinte, ambos como momentos e diferenciações do mesmo fenômeno desejante fundamental. Já em sua condição empírica, estes se apresentam como desejo empírico e como sentimento amoroso, este último sendo tomado como o paradigma para todos os outros sentimentos.

### **4.3 Estrutura estesiológica do corpo e as relações de ser**

Ainda nessa perspectiva, Merleau-Ponty ressalta a circunstância de que a sexualidade pode ser situada como um dos problemas centrais para se pensar uma ontologia uma vez que assinala que:

Primeiramente, porque o corpo libidinal tem uma estrutura estesiológica, quer dizer, o corpo como poder de *Einfühlung* [empatia] é já desejo, libido projeção-introjeção, identificação - a estrutura estesiológica do corpo humano é, portanto, uma estrutura libidinal, a percepção um modo de desejo, uma relação de ser e não de conhecimento (MERLEAU-PONTY, 2000, p. 272).

Buscamos ressaltar, dessa forma, dentro desse quadro de referências estabelecido por Merleau-Ponty, Marion e Barbaras, que é essa relação de ser assinalada por Merleau-Ponty que constitui o cerne das reflexões do presente trabalho visto que o elemento afetivo é aqui considerado como essa intencionalidade original que se traduz em um investimento afetivo no mundo e nos outros.

Assim, como pontuado acima por Merleau-Ponty, essa intencionalidade se desenharia através de uma estrutura estesiológica inerente a um corpo libidinal que expressaria as funções da libido como aquelas de projeção-introjeção e identificação tal como assinaladas pela perspectiva psicanalítica compondo assim a percepção como um “modo de desejo” e uma “relação de ser”. A estrutura apresentada por Merleau-Ponty que

identificamos como aquela que desempenharia essas funções do corpo estesiológico ou libidinal é aquela assinalada pelo filósofo como “esquema corporal”.

Essa noção é utilizada pelo filósofo para salientar as fortes relações entre os domínios perceptivos que seriam estabelecidas no período inicial do desenvolvimento. A psicogênese da criança se daria dessa forma, segundo Merleau-Ponty, em um contexto em que esta se ignora enquanto diferente. Portanto, ao tratar da reforma que propõe para a noção da psicologia objetivista de cenestesia, que se endereça mais diretamente ao tópico que tratamos, Merleau-Ponty assinala que o corpo não é conhecido pelo sujeito apenas através de suas sensações internas mas também por um “esquema corporal”. Salienta que os diferentes domínios sensoriais envolvidos na percepção do corpo estabeleceriam entre si determinadas relações e que este esquema se comporia através de um “esquema de equivalências” e como “um objeto organizado em relação a um entorno”.

Ainda nesse sentido, encontramos nos estudos de Meltzof e Moore sobre a corporeidade e os fenômenos relacionais, a descrição de um sistema representacional, de natureza amodal que permitiria que ambas as ações da criança, aquelas que são executadas e as que são percebidas, sejam representadas dentro de uma estrutura comum que fundaria a possibilidade desses emparelhamentos. Nessa perspectiva, tais considerações abrem a possibilidade de considerarmos esses termos propostos por Meltzof e Moore como também pertinentes à noção de esquema corporal uma vez que estes elementos se referem a uma exploração de aspectos voltados à uma corporeidade concreta e encarnada, se estendendo em seus desdobramentos.

Humpich sugere uma leitura fenomenológica do conceito de cenestesia ao tratar do que considera como “sensações específicas a uma subjetividade vivida dentro da matéria animada do corpo”. Nesse sentido o autor assinala que a “sensibilidade orgânica, considerada como fonte do sentimento geral da existência no ser humano, além da contribuição específica dos cinco sentidos, se vê aumentada, embebida e enriquecida de conteúdos vividos inéditos”, sendo que o caráter desses conteúdos vividos inéditos são descritos por ele como pertinentes a uma “cenestesia afetiva” (Humpich, 2015 p. 649).

Assim, tais características, apresentadas acima por Merleau-Ponty e demais autores, permitiriam compreender a percepção do corpo próprio enquanto sujeita à mediação feita pelo esquema corporal ao invés de ser pontual entre o corpo visto e o corpo sentido pelo sujeito, conforme o que é apresentado pela perspectiva clássica. Aspecto que fundaria a possibilidade de uma transferência da imagem corporal própria do sujeito ao

outro assim como também permitiria que a imagem do outro possa ser imediatamente interpretada pelo esquema corporal do primeiro.

Circunstância que acentuaria a condição do esquema corporal de que este evolui em uma espacialidade lábil, uma vez que o corpo próprio está sempre ao mesmo tempo aqui e lá, capaz de sentir seu dentro no fora. Evidenciando a particularidade de que meu esquema corporal pode “se encontrar em uma imagem fora de mim” e, assim, em “cada ser humano”. Portanto, Merleau-Ponty escreve em seus cursos que o esquema corporal “é um sistema em que os diferentes aspectos interoceptivos e exteroceptivos expressam um ao outro reciprocamente” (Merleau-Ponty, 1964 p. 117). Nesse sentido de acordo com Whitney (2018 p. 9) “pode-se considerar que tais fenômenos se apoiam sobre uma intersensorialidade e uma intermodalidade que enriquecem a intrasensorialidade, tornando-se o instrumento de uma intercorporeidade nascente”.

## **5. A afetividade nas relações da criança com o a alteridade e na assunção do corpo próprio**

### **5.1. A prematuração e a antecipação das formas de vida adulta pela criança**

Em Lacan (1984 p. 31) encontramos uma passagem em que o psicanalista delinea uma compreensão do período infantil inicial. Nesta passagem pontua que o homem é "um animal de nascimento prematuro", ou seja, para ele os primeiros meses de vida da criança representam “o teste de uma insuficiência anatômica, motora e mais genericamente funcional, um verdadeiro “sofrimento vital” pelo qual a natureza chama, como um complemento necessário, a intervenção da cultura”.

Pode-se salientar dois aspectos em referência a essa descrição de Lacan. O primeiro deles é o destaque que o psicanalista dá para a condição de dependência e vulnerabilidade na experiência inicial da criança ao comentar sobre a insuficiência anatômica e o sofrimento vital decorrente desta. No entanto, ao referir-se à intervenção da cultura como complemento necessário à natureza humana, Lacan parece sugerir a existência de uma face positiva que também estaria ligada a essa condição.

Nesse sentido, Merleau-Ponty e Bimbenet situam a sexualidade como âmbito de destaque para a compreensão dessa intervenção, uma vez que apontam que o desenvolvimento da sexualidade infantil institui-se como um fenômeno inerente a essa prematuração e a partir do qual se dá a possibilidade da criança experimentar os conflitos



e episódios que antecipam seus poderes físicos ou intelectuais. Dessa maneira a prematuração possui, na perspectiva adotada por eles, um sentido de antecipação pela criança das formas da vida adulta, ou seja, é compreendida como um avanço levado pelo sujeito sobre os meios do momento " no sentido de que sua vida passa a ser definida, a partir de então, em relação a pessoas ou instituições (Merleau-Ponty, 1935-1941 apud Bimbenet, 2002 p. 71).

Nesse sentido pode-se retomar as descrições do polimorfismo sexual infantil já anteriormente situadas por Bimbenet, uma vez que nesse contexto o filósofo acentua que: "se, portanto, a criança é um polimorfo, é no sentido geral de um ser que nunca deixa de antecipar seu próprio futuro e de ser assombrado por uma vida que ainda não é a dele". Ferenczi (1932/1974 p. 130) também formula uma compreensão da antecipação presente na experiência infantil tal como esta é salientada acima por Bimbenet, ele acentua, no entanto, o caráter de mediação social presente nessa condição, ou seja, o destaque que o meio humano exerce na prematuração do bebê.

Assim, procurando ilustrar o que chamou de "violência (originária)" que reúne o adulto e a criança imatura, ocorre a Ferenczi (1932/1974 p. 130) esta metáfora: "Pensamos nos frutos que se tornam maduros e saborosos demasiadamente rápido quando o bico de um pássaro os danificou e na maturidade apressada de um fruto bicado". Dessa forma, encontramos nessa metáfora uma comparação entre a conduta do pássaro de bicar o fruto e a decorrência desta ação que é amadurecê-lo apressadamente com a atuação do meio social e humano na experiência infantil.

Tal perspectiva apresentada pelos autores acima citados colocam-se, dessa forma, em consonância com a compreensão walloniana do desenvolvimento já apontada anteriormente no presente trabalho, que é aquela que considera que a mediação social está na base do desenvolvimento. Dessa forma, buscaremos agora esboçar um entendimento dessa condição inicial de prematuração e antecipação na experiência infantil, nomeadamente pela via proposta por Wallon que é aquela em que o bebê humano é considerado "geneticamente social", ou seja, "radicalmente dependente dos outros seres para subsistir e se construir enquanto ser da mesma espécie".

Em Ribeiro (2000 p. 268) encontramos descrições convergentes com essa perspectiva walloniana pois, de acordo com esse autor, a relação com o meio humano se dá, não através da transferência "de algo exterior para um interior já existente, mas de um exterior que é constitutivo do interior, ou seja, de uma alteridade cuja transmissão constitui o inconsciente". Ainda sobre esse ponto Ribeiro (2000 p. 68) salienta que a

condição em que se dá essa experiência do entrelaçamento originário poderia ser descrita como: “a vivência invasiva de uma mistura amorfa e gozosa entre a criança pequena e o adulto, na qual o que ainda não é propriamente um eu encontra-se à mercê de um outro que também ainda não encontra-se plenamente configurado como tal”.

Manzi (2011 p. 91) também apresenta uma leitura dessa condição inicial, ao referir-se àquela do mundo infantil descrito por Melanie Klein. Uma vez que considera que o relato da psicanalista corresponderia à própria dinâmica do tecido do mundo, “onde os corpos estão entrelaçados entre si, onde não há um fora e um dentro, mas uma relação dentro-fora indiviso, como a situação do bebê com a mãe”.

## **5.2. A reorganização da experiência infantil inicial pela via da sedução e da identificação**

Podemos verificar desse modo, nas considerações acima apresentadas, o esforço desses autores em situar o papel da alteridade nas formações psíquicas e na formação da subjetividade. Posição que se coloca, portanto, de maneira marcadamente contrária àquela do solipsismo cartesiano uma vez que verificamos que o bebê necessita das relações com o outro para se constituir enquanto sujeito humano. Nesse sentido, essas considerações colocam-se de acordo com o escopo do presente trabalho que é o de destacar o sentido afetivo envolvido nas primeiras relações da criança com o outro. Em complemento a isso, as discussões que realizaremos em seguida se orientarão no sentido de evidenciar como o campo relacional parece colocar-se como âmbito privilegiado em que a afetividade favoreceria a individuação, ou seja, a emergência do corpo próprio e do sentimento do corpo como próprio.

Nesse sentido, nos utilizaremos das contribuições de Whitney (2018) sobre a assunção da imagem corporal e a formação do corpo próprio que a autora identifica na leitura de Merleau-Ponty do estádio do espelho em Lacan. Assim como também da perspectiva proposta por Ribeiro (2000) através da noção de “identificação feminina primária”, elaborada por esse autor a partir de seus estudos do contexto inicial da vida infantil em Freud e que iremos discutir na sequência do trabalho visto que consideramos ter encontrado no âmbito das discussões concernentes a essa noção uma contribuição significativa para a compreensão do processo de individuação pela via afetiva.

Encontramos em Ribeiro (2000 p. 223), dessa forma, uma descrição que consideramos remeter àquela do contexto em que se dá a formação do corpo próprio uma

vez que esse autor apresenta uma descrição do corpo infantil como aquele que passa, de um momento de hesitação entre a fragmentação e a totalização, para uma situação seguinte em que delimita e localiza o que era pura excitação, transformando-a, assim, em excitação de alguma coisa. Assim, em suas palavras o autor acentua que: “esse corpo que, ao ser delineado, revelará não somente o agente e o objeto da excitação, mas também aquele cuja violência fragmentadora e consumptiva, estará fadada ao recalçamento”.

Dessa forma, de acordo com Ribeiro (2000 p. 223), a experiência fragmentária inicial do bebê se desdobraria em um “recalçamento originário” o qual, especifica o autor, favoreceria uma clivagem no psiquismo. Destacamos como ponto importante para as discussões pertinentes ao presente trabalho o intergojo que Ribeiro (2000) evidencia entre uma condição de sedução performada pelo adulto em relação à criança e o decorrente processo identificatório deflagrado por esta em suas formulações sobre essa situação de recalçamento e de assunção de um senso de totalidade corporal adquirido pelo bebê. Pois encontramos nestas formulações uma descrição do sentido afetivo como essencial para do surgimento o corpo próprio eu enquanto uma instância definida.

Dessa forma, para nos aprofundarmos no entendimento dessas condições assinaladas por Ribeiro (2000 p. 250) como presentes no contexto da assunção do eu, destacaremos as seguintes colocações do autor:

por intermédio de uma atividade sedutora e identificante do adulto sobre a criança, atividade da qual resultará uma oposição fundamental entre a identificação egóica totalizante (representação psíquica não só do corpo unificado, mas também da própria unificação) e o corpo invadido originário, cujo teor de ligação é apenas o suficiente para revelar o caráter intrusivo e dispersivo da excitação que ele precariamente circunscreve (Ribeiro, 2000 p. 250)

Pontua-se, nesse sentido, que a partir de uma situação inicial em que a criança se situaria à mercê do absolutismo das excitações, condição esta que traduziria uma feminilidade originária anterior à diferenciação dos sexos, esta iniciaria, através de suas relações com seus cuidadores adultos, mais particularmente com o representante materno, o processo de identificação acima destacado. Nesse sentido Ribeiro (2000 p. 257) sugere que o estabelecimento da feminilidade primária corresponderia ao processo pelo qual a criança é moldada de acordo com a feminilidade consciente e inconsciente da mãe, sem que essa feminilidade, para a criança, se oponha à diferença anatômica dos sexos ou com ela se relacione.

Dessa forma, como já destacado acima, o autor aponta que, nesse contexto, o adulto assumiria o papel de “sedutor”, citação que faz em uma referência à teoria da

sedução generalizada de Laplanche, ou seja, Ribeiro associa por essa perspectiva uma atividade “tradutiva” ao adulto, pela qual se daria o provimento de subsídios narcísicos indutores das primeiras totalizações necessárias à formação do eu pelo bebê. Esse processo se desdobraria, assim, no sentido de fazer face a essa excitação excessiva que, em seu ponto de vista, caracteriza a situação inicial de vida do bebê.

Estendendo suas descrições nesse sentido o autor dá destaque para a presença do adulto ao pontuar que ao mesmo tempo em que implantaria “elementos excitantes e fragmentadores no corpo do lactente”, propiciaria também “elementos de contenção e organização que culminariam na formação do eu”, uma vez que salienta assim como descrevemos nas sessões anteriores deste trabalho, que não há um eu-corpo consolidado antes do surgimento do eu instância, ou seja, antes da assunção do eu enquanto corpo próprio e possuidor de uma vida oficial (Ribeiro, 2000 p. 216). Em seu acompanhamento dos argumentos de Laplanche, Ribeiro segue comentando nesse sentido que lhe parece muito apropriado pensar que essa abertura irrestrita ao mundo será seguida de um fechamento parcial, ou seja, de algum tipo de delimitação responsável pela formação de uma “*first me possession*”, em uma alusão à conceituação winnicottiana (Ribeiro, 2000 p. 208, grifos originais do autor).

Nesse sentido, o autor ressalta que seu interesse em apoiar-se em uma teoria da sedução assim como formular uma teoria sobre a identificação primária, fundamentou-se em sua intenção de preservar a primazia do outro e o descentramento que ele suscita no sujeito e sobretudo em sua recusa em restringir ao biológico a compreensão das origens do sujeito psíquico. Ou seja, o autor acentua a posição também tomada pelos outros autores que destacamos no presente trabalho tais Wallon, Rochat e Merleau-Ponty. Dessa forma, nossa proposição é a de que podemos encontrar, nas teorizações referentes à identificação feminina primária, a expressão do contexto em que se daria a assunção da imagem corporal.

Ou seja, do âmbito em que se daria a transição entre um gênero de experiências permeadas por puras excitações e por uma conscientização do próprio corpo em primeiro lugar fragmentária e anterior ao advento de um “eu instância”, que se manifestaria através de uma organização corporal própria evidenciada em uma potencialidade identificatória originária e indiscriminada para uma situação posterior em que esta se torna gradualmente integrada”, a partir de sua reorganização pela via da assunção da imagem corporal. Salientamos que essa distinção remete-se àquela entre o esquema e imagem corporal que Whitney (2018 p. 32) assinala ver “sendo feita nos cursos de Merleau-Ponty sobre a

Psicologia e Pedagogia da infância, e que se coloca contrária àquela que Gallagher descreve localizando-as como estruturas fenomenológicas independentes”. Dessa forma, Whitney procura ressaltar nessa passagem o caráter de interdependência que reconhece entre essas duas estruturas.

Ainda nesse sentido Merleau-Ponty pontua que, “as formações passadas não são anuladas, as novas formações não são o resultado de atividade puramente intelectual, mas de uma *Gestaltung* vital, concreta, sempre parcial, sempre capaz de regressão, e menos estável do que uma progressão causada puramente pela inteligência seria” (Merleau-Ponty, 1949-52/2010 p. 254). Assim, de acordo com Whitney (2018 p. 33), esse tipo particular de identificação que sucederia na assunção de uma imagem corporal e que relacionamos com a identificação feminina primária, se dá através da reestruturação do esquema corporal, que a partir de então articula-se de acordo com uma nova função, a qual é a de organizar a percepção de acordo com zonas distintas do espaço interno e externo, expressando reciprocamente interocepção e exterocepção, mas também as distanciando.

Salienta-se que esta reorganização se daria, como já mencionado anteriormente em uma citação de Merleau-Ponty apresentada sobre o estádio do espelho, através da força de um investimento afetivo por meio do qual essa imagem passa a tornar-se o contorno sentido da interocepção, a forma sentida de lugar do corpo, isto é, o corpo propriamente dito. Whitney (2018 p. 26) salienta que isso se dá, porém, através da incorporação ao corpo sentido de uma perspectiva imaginária sobre essa posição oculta de fora, como se ela fosse apreensível em sua totalidade.

Porém Whitney (2018 p. 31) comenta que o sentido de “imagem” evocado nesse contexto não é aquele em que se considera esta como “uma cópia degradada e enfraquecida das percepções precedentes”; em vez disso, baseado em sua leitura de Merleau-Ponty sobre a perspectiva imaginária, assinala que “a imaginação é aqui considerada como uma conduta emocional”, concernente à “elaboração de uma geografia afetiva” (Merleau-Ponty, 1964 p. 98). Tais considerações foram apresentadas, dessa forma, no sentido de ressaltar os contornos da passagem de um corpo entendido em sua dimensão biológica, ou seja, voltado ao aspecto anônimo e de generalidade da experiência para o seu desenvolvimento em um corpo próprio, em que este mesmo corpo reordena-se e torna-se o regaço da primeira pessoa no campo perceptivo e da experiência pessoal do sujeito.

Whitney ressalta, ainda dentro desse campo de considerações que esse investimento afetivo em uma imagem visível resulta, não apenas na assunção de uma única imagem, mas no advento de uma “dimensão imaginária da encarnação” (Whytney, 2018 p. 27). Em Merleau-Ponty essa condição seria assinalada por sua proposição de que a encarnação em seu sentido imaginário se trataria de (Merleau-Ponty, 1964 p. 136): “uma operação primordial pela qual a criança organiza o imaginário, apenas como ela organiza o percebido” (Merleau-Ponty, 1964 p. 98). De acordo com Filho (2006 p. 47), Simondon também apresenta uma leitura dessa dimensão da encarnação ao pontuar que:

A individualidade, insiste Simondon, é relacional, transicional; cada diferenciação sua exprime, pois, uma potencialidade do todo. Com o que Simondon à semelhança de Merleau-Ponty, em sua acepção do organismo como “processo de individuação” o considera ontologicamente mais profundo que o indivíduo, como expressão momentânea da “criatividade do mundo”: “mônada fluida”, “passagem”, “acontecimento” (Simondon, 1995 p. 223 apud Filho, 2006 p. 47).

À vista disso observamos que o movimento descrito nessa sessão que trata da experiência de constituição do corpo próprio do sujeito, se manifesta através da “sublimação da existência biológica em existência pessoal, do mundo natural em mundo cultural” (Merleau-Ponty, 1945/1999 p. 125). Uma vez que para o filósofo, não se trata mais de uma aquisição estável e de consistência própria, ao contrário, tornando-se “precária” pelo fato de que o homem concreto passa então a ser considerado como um “vaivém da existência que ora se deixa ser corporal e ora se dirige aos atos pessoais” (Merleau-Ponty, 1945/1999 p. 130).

### **5.3 Indivisão e *mimesis* no contexto da experiência originária**

Nos propomos agora destacar os pontos que consideramos expressar essa interdependência entre ambos aspectos dessa mesma estrutura fenomenológica que Merleau-Ponty destaca em seus estudos da dimensão corporal como esquema corporal. Assim, procuraremos descrever em um primeiro momento as correspondências que notamos entre a configuração fragmentária do esquema corporal, ou seja, como já anteriormente descrita como aquela permeada por um gênero de experiências baseadas em uma precomunicação e de potencialidade identificatória indiscriminada, e a nova configuração adotada posteriormente por esse mesmo esquema, situação em que ocorre uma reorganização dessa experiência originária pela via da assunção da imagem corporal e a conseqüente integração proporcionada por este.

E no momento seguinte abordaremos as distinções que reconhecemos entre essas mesmas estruturas. Nesse sentido salientamos que, para o filósofo, tratar do afeto corresponde a tratar da dimensão corporal da existência, uma vez que ele compreende a afetividade como enraizada nessa dimensão dando a ela um sentido humanizante, aquele que apresentamos ao tratarmos da sexualidade, ou seja, o de situar-se como espaço de fronteira entre uma experiência de anonimato e generalidade para aquela de uma experiência individualizada ao mesmo tempo que indeterminada propiciando a abertura a uma história.

Assim, os pontos que consideramos expressar uma correspondência entre ambos aspectos acima destacados do esquema corporal seriam:

(1) O seu caráter de indivisão com o outro.

(2) A atuação de uma “*mimesis*”.

Destacamos assim, que tal contexto é aquele em que há a expressão de uma precomunicação e identificação generalizadas por parte do bebê. Aspecto que seria fundamentado em uma condição de *Ineinander* inicial e que se desdobraria em torno de uma “*mimesis*”, ou seja, através de uma relação de semelhança, ou seja, de uma indivisão em que ou “um é outro”, ou ser si é “ser o outro”. Salientamos que embora essas condições da experiência vivida sustentada pela configuração afetiva do esquema corporal inicial não sejam ultrapassadas no contexto da identificação feminina primária e da assunção do corpo próprio, demonstram passar uma reelaboração adquirindo um sentido próprio que é aquele que identificamos como:

(3) a passagem da experiência da indivisão em um sentido generalizado para aquele que opera no estabelecimento de relações diádicas. Ou seja, estabelece-se uma transição entre um contexto de indivisão fundamentado em identificações indiscriminadas para uma condição seguinte em que, embora o caráter de indivisão ainda permaneça, há um início de discriminação nas relações da criança com seu meio humano, e começam a emergir, a partir daí, relações de cunho diádico. Pontuamos, em continuação essas considerações que esse processo identificatório seria deflagrado a partir de uma discriminação afetiva entre os sujeitos, sendo esse sujeito deflagrador geralmente a mãe que, por via de uma situação originária de sedução à qual a criança é submetida e que se manifestaria através do contato íntimo entre o representante materno e o lactante. Sendo que a criança também desenvolveria vínculos de apego duradouros com quem deflagrou nela essa nova condição, ou seja, o representante materno.

Nesse sentido encontramos algumas articulações possíveis entre a noção de identificação feminina primária, que é a proposição teórica referente ao processo identificatório em questão, e as proposições sobre o apego de Bowlby, uma vez que estes conceitos parecem se endereçar ao mesmo fenômeno vincular e afetivo, assim como buscaremos delinear um possível prolongamento dessa condição com a construção teórica do *socius*. Isto posto, reiteramos, dessa forma, que essas transformações se dariam no contexto de um intergojo que Ribeiro (2000) evidencia como pertencente ao âmbito dos aspectos relacionais e afetivos presentes no âmbito da sedução generalizada. Ou seja, no domínio do interjogo que se dá entre uma condição de sedução performada pelo adulto em relação à criança e o decorrente processo identificatório deflagrado por esta. De modo que buscaremos situar as transformações pertinentes à identificação feminina primária acima citadas dentro do contexto relacional em que estas se dariam.

(4) O fato de que a *mimesis* passa a atuar através de um aspecto produtivo, que pelas pontuações dos autores aqui tratados, nomeadamente Ribeiro (2000), baseado em uma perspectiva psicanalítica e Whitney (2018) fundamentado nas leituras merleauptianas, remetem à proposição de que essa produção se expressaria em um investimento afetivo, que seria deflagrado através de um processo identificatório com o representante materno, que passaria a expressar uma condição narcísica e da formação da imagem corporal e a decorrente assunção do sujeito portador de uma vida oficial.

Dessa forma, no sentido de iniciarmos as considerações sobre o primeiro aspecto enumerado acima que é aquele referente a condição de indivisão vivida na experiência inicial da criança, retomaremos Schilder (1950/2014 p. 247) que, ao destacar uma correspondência entre a organização corporal e o âmbito dos afetos, pontua que as nossas emoções e aquelas de outras pessoas assim como suas expressões nunca são isoladas, não constituindo-se dessa forma, como algo que é totalmente de propriedade privada. Tal condição de promiscuidade da experiência se expressaria, de acordo com esse autor, através de uma “comunidade parcial da imagem corporal” (Schilder, 1950/2014 p. 247). Ainda sobre essa situação inicial Bimbenet (2002 p. 68) pontua que:

é a mesma coisa dizer que a criança "não tem a ciência dos pontos de vista" e que ela cede "um único mundo evidente onde tudo está acontecendo"; indivisa com os outros, ela só pode lidar com uma única realidade sem fissuras; sua precomunicação com os outros e seu realismo manifestam uma reciprocidade em relação ao outro. O pensamento da criança se alimenta espontaneamente e sem questionar dessa dupla confiança, ela vive de uma "doxa originária" – de uma “fé original”, "certeza primordial de tocar o próprio ser", segurança silenciosa de viver



em um único mundo intersubjetivo, e não o mundo de um ego particular (Bimbenet, 2002 p. 68, tradução nossa).

Como já destacado acima, o filósofo busca salientar, dessa forma, que o campo perceptivo da criança ainda não está organizado em torno de uma distinção qualitativa entre as partes externa e interna da percepção, tratando-se de uma “precomunicação” que dá um sentido globalizante à experiência e situa-se anterior a essa distinção entre as impressões que ocorrem fora dos corpos e as que ocorrem privadamente neles. De modo que, como Bimbenet destaca acima, para a criança a percepção é uma experiência “menos privada e mais intensamente participativa”.

Em Dillon (1978 p. 19) também temos a colocação de que “o mundo que Merleau-Ponty descreve como sendo o da criança não é um mundo que esta experimenta como próprio: é um mundo em que há uma indistinção de perspectivas, um mundo do qual a distinção entre a minha perspectiva e a do estrangeiro ou a própria e a do outro é ausente”. Assim Merleau-Ponty defende a existência de uma fase originária em que haveria um tipo de precomunicação, ou seja, de coletividade anônima, um tipo de existência “a muitos”.

Tais considerações apontam, portanto, para o aspecto de indivisão com o mundo e com os outros corpos presente na experiência infantil inicial. Salienta-se que, na perspectiva merleau-pontiana essa experiência é sustentada pela própria corporeidade do sujeito, que é assinalada pelo filósofo como, devedora de uma organização estesiológica, ou seja, aquela que se põe em busca de incorporação de outros corpos pela via do desejo. Em uma perspectiva psicanalítica esse processo de incorporação e de experiência indivisa é descrito como aquela de uma “penetração generalizada”. Tal como descrita a seguir por Ribeiro (2000 p. 273)

Toda a linguagem corporal que domina a relação da mãe com a criança e que, na maioria das vezes, faz parte de uma intimidade exercida na privacidade de recintos reclusos, é uma linguagem profundamente marcada pela sexualidade inconsciente da mãe, na qual se encontram todas as marcas da sedução que ela própria sofreu e cujos restos pulsionais transpiram nos cuidados prodigalizados e no amor onipotente que ela derrama sobre sua cria. Ao reproduzir os balbucios da criança e modelar seu próprio rosto com expressões infantis, a mãe não está apenas imitando voluntariamente seu bebê, mas principalmente cedendo a exigências pulsionais ativadas por ele, e que transformam afetivamente seu corpo num corpo marcado pela sexualidade infantil. E toda essa linguagem íntima, justamente por ser uma linguagem de dois corpos, é composta de toques e impressões que fazem da pele e das mucosas uma superfície exposta à mais generalizada penetração (Ribeiro, 2000 p. 273).

Em referência a essa condição afetiva e psíquica inicial da criança, Merleau-Ponty destaca que, nessa circunstância, os outros corpos tornam-se a residência do sentimento e da mobilidade para ela antes que sua individualização em relação a eles tenha sido estabelecida. Assim, o filósofo aponta que, antes que o bebê reconheça a alteridade dos outros, sua percepção é caracterizada pela “ubiquidade”, o que significa sua coexistência em múltiplos lugares do campo perceptivo ao mesmo tempo (Merleau-Ponty, 1964 p. 139). Tal circunstância inicial evidenciaria, nesse sentido, uma condição de identificação generalizada descrita por Whitney (2012 p. 191) como “empatia”. A autora a descreve como uma força afetiva que moveria sua potência contagiosa, permitindo a criança participar daquilo que ela vê e de ver as coisas em termos de como elas sentem, o que permitiria ao bebê modelar ou deixar-se modelar pelas expressões do outro.

Assim, para Maclaren (2008 p. 145), a empatia é uma das maneiras pelas quais as atitudes e intenções de alguém podem ultrapassar a esfera privada e habitar aquela do outro. O autor assinala, dessa forma, que a empatia depende de um esquema corporal ou “função postural” que não é privada, não pertencente ao corpo da criança, mas sim a um sistema intercorpóreo “unindo meu corpo, o corpo do outro e o outro”. Merleau-Ponty descreve a seguinte condição como aquilo que visamos: “participação eu-outrem através da face e fala minhas e de outrem, que faz com que eu e outrem interfiramos [empiétons] um no outro (Merleau-Ponty, 2000, p. 285). Tal interferência, que abarca o sentido de invasão e confusão, ocorreria da seguinte forma de acordo com o filósofo:

meu esquema corporal se projeta nos outros e os introjeta, tem relações de ser com eles, busca a identificação, aparece como indiviso com eles, desejo. O desejo considerado do ponto de vista transcendental = membrana comum de meu mundo como carnal e do mundo de outrem (Merleau-Ponty, 2000, p. 287).

E nesse sentido, também encontramos em Manzi (2016 p. 286) uma interessante citação de uma passagem de Marilena Chauí interpretando o que é o desejo para Merleau-Ponty:

A descrição Merleau-Pontyana é enigmática e difícil de acompanhar porque, contrariamente a tradição filosófica, não apresenta o desejo como luta, mas como transitivismo e, contrariamente a tradição psicológica, não o descreve como comportamento, mas o desvenda como experiência de iniciação ao outro (Chauí, 2002, p. 145 apud Manzi, 2016 p. 286).

Manzi (2016 p. 286) comenta que o desejo é situado nesse contexto como uma “chave para Merleau-Ponty afirmar que há uma relação de *Ineinander* entre os corpos: uma inerência de si ao mundo ou do mundo a si, de si a outrem, de outrem a si”. Uma vez

que pontua que para o filósofo é “necessário que o corpo esteja numa inerência, num emaranhado de corpos, para "fechar seu circuito”. Tais considerações de Merleau-Ponty parecem apresentar, dessa forma, correspondências com as descrições psicanalíticas acima assinaladas pois, tal como apontado nestas, as interações entre mãe e bebê teriam sido induzidas pela sexualidade infantil.

De modo a avançarmos nossa compreensão dessa condição existencial de promiscuidade da experiência corporal acima destacada, nos propomos a retomar algumas proposições de Freud no campo das psicopatologias na psicanálise baseando-se nas colocações de Bimbenet (2002) apresentadas inicialmente, de que na patologia, assim como na criança e no primitivo, o domínio afetivo se expressa de maneira mais evidente. Nesse sentido destacaremos alguns pontos das análises de Freud no contexto de seu estudo das histerias (Freud, 1893-1895/2016).

Nosso interesse se concentrará, para a discussão aqui proposta, na sondagem que o psicanalista realiza sobre a condição da “identificação histórica”, em que busca estabelecer uma distinção entre "a trilha percorrida pelo processo mental de imitação histórica" e o processo de identificação propriamente dito uma vez que tal condição parece demonstrar significativa correspondência com as identificações iniciais, de caráter mais generalizado descritas por Merleau-Ponty. Pois para o filósofo, o esquema corporal, em sua condição inicial, ainda não realiza uma distinção entre as zonas privadas e públicas compondo-se como um sistema intercorpóreo.

Assim, ao nos valermos das descrições psicanalíticas da patologia histórica pretendemos evidenciar que os relatos de Freud em torno da identificação presente na percepção histórica, dentro da leitura proposta por Ribeiro (2000 p.229), apresentam semelhanças marcantes com a organização perceptiva infantil. Assim como também buscaremos ressaltar a condição em que o aspecto desejante também é destacado. Nesse sentido temos as seguintes pontuações desse autor:

Por permitir às históricas "expressarem em seus sintomas não somente suas próprias experiências como também as de um grande número de outras pessoas" e também "desempenharem sozinhas todos os papéis de um drama", a identificação, em lugar de ser considerada uma simples imitação ou "uma aptidão bem conhecida de imitar todos os sintomas que as impressionam nos outros", ou, então, uma "simpatia que chega até à reprodução", deveria ser vista como uma "assimilação" (*Aneignung*) que exprime um "assim como" (*Gleichwie*) e que está relacionada com uma "comunidade" (*Gemeinsames*) que persiste no inconsciente (Ribeiro, 2000 p.229).

Verificamos, dessa forma, uma correspondência muito próxima entre as formações do inconsciente analisadas pela psicanálise e a condição infantil inicial, o que evidencia a circunstância de que, mesmo na vida adulta, não há a superação dessa condição de invasão dos corpos pelo desejo. De modo que tal condição promove, segundo as pontuações de Vieira (2014 p. 40) em referência as reflexões de Merleau-Ponty sobre esse ponto, certo descentramento do sujeito em relação a si mesmo, uma não coincidência de si consigo concorrendo para uma certa “despersonalização no interior da consciência” (Merleau-Ponty, 1945/1999 p. 191 apud Vieira 2014 p. 40).

Nesse ponto pretendemos destacar os aspectos do esquema corporal inicial em que a condição de *Ineinander* inicial se desdobraria em torno de uma *mimesis*, como expressão de uma relação de semelhança, ou seja, “ser o outro”, ou “um é outro”. Dessa maneira, analisaremos o quadro de circunstâncias que permitiriam ao esquema corporal adquirir esses contornos existenciais e se organizar dessa maneira acima descrita, ou seja, nessa condição de *Ineinander* inicial que se desdobraria no âmbito de uma precomunicação e de uma experiência compartilhada.

Estendendo as considerações nesse sentido, destaca-se, assim, a partir desses elementos dados, a atuação da *mimesis* uma vez que tal tendência refletiria a circunstância apontada por Merleau-Ponty ao se referir à existência do corpo próprio, que é aquela de que essa experiência é, nesse período inicial, fundamentalmente interoceptiva em que prevaleceria a equivalência entre “ser si mesmo” e “ser o outro”. Tais proposições parecem sugerir, assim, a possibilidade de que a “*mimesis*” seja a condição através da expressão desejante do esquema corporal enquanto *Ineinander*, acesse os outros corpos e coloque-se como um dos fundamentos da “comunidade parcial da imagem corporal”.

Um outro contexto em que também encontraríamos a expressão da *mimesis* refere-se ao âmbito das imitações neonatais. Nesse sentido, em apoio às discussões referentes a esse contexto, Bimbenet (2011p. 329) empreende uma reflexão em torno da imitação humana salientando que, ao contrário do que uma psicologia funcionalista faria supor, as motivações que se sobressaem no âmbito da imitação infantil não se voltam em termos de finalidade ou a objetivos a alcançar e sim são aquelas envolvidas com suas necessidades e desejos, visto que seus modelos são sobretudo as posturas que lhe impressionam, papéis que lhe agradam e pessoas que admiram. Meltzoff e Moore (1994 p. 87) destacam que a imitação se trataria, nesse contexto, de uma via de acesso “para entender pessoas”, assim como a manipulação física, sacudir, pegar, mexer, jogar, existe para o entendimento de objetos. Seria, dessa forma, um modo primitivo de compreensão

e de comunicação. Tais elementos constituindo-se como marcadores de um apego sem o amparo de uma razão tética.

Bimbenet (2011 p. 329) ressalta, dessa forma, que a imitação humana, em seu caráter não funcionalista e de identificação em profundidade com o outro, compõe-se como a manifestação privilegiada de um descentramento originário, possuindo um sentido afetivo incorporado ao contrário do sentido funcionalista presente no âmbito da imitação animal. Pontuamos, como exemplo dessa condição do fenômeno mimético humano, o terceiro aspecto descrito por Rochat (2002 p. 247) em sua descrição da emersão da co-consciência.

Assim, retomando as reflexões iniciadas anteriormente sobre a imitação neonatal, salientamos que Henri Wallon (1959) já havia antecipado e destacado noções relevantes sobre esse contexto antes que esta polêmica levantada por Gallagher e Meltzoff em relação à imitação infantil e anteriormente apresentada se estabelecesse. Nesse sentido pontuamos que as noções de Wallon se orientaram em um sentido convergente daquela que foi posteriormente assinalada por Welsh, ou seja, aquela de não considerar a imitação neonatal como “verdadeira imitação”, situando-a, no entanto, como precursora desta, embora as noções de esquema corporal e imagem corporal não estejam presentes em suas discussões sobre esse ponto.

Wallon salienta que as condições que envolveriam a “imitação verdadeira” seriam aquelas de “fazer como o outro” ou “ser como o outro”. Assinala que tais condições requerem o preenchimento de duas condições fundamentais: a primeira delas é a existência de uma distinção eu/outro bem estabelecida e, em segundo lugar, o encadeamento entre percepção-representação-reprodução, no qual a passagem pela representação asseguraria o caráter diferido da imitação, ou seja: a existência de um intervalo entre a percepção e a reprodução do percebido (Wallon, 1959 p. 283).

Para Wallon, a verdadeira imitação só apareceria, dessa forma, durante o terceiro ano de vida da criança. E antes disso, verificar-se-ia o que ele denominou de “ecocinesias”, fenômeno que aponta ser decorrente de uma espécie de mimetismo afetivo em que prevaleceria a igualdade (ser o outro) e não a semelhança (ser como o outro). Ribeiro (2000 p. 262) retoma esses fenômenos ecocinéticos referentes à imitação neonatal de modo a pontuar que estes seriam “na verdade, manifestações de uma tendência inata do lactente - muito anterior ao pleno funcionamento do eu - a ter seus gestos, expressões e afetos modelados pelo outro”.

Tal aspecto remete a condição descrita por Rochat como “aspiração do si pelo espelho social”. Ele descreve essa condição como um fenômeno de ressonância emocional compulsiva do adulto bastante notável em direção à criança e tido como único da espécie humana dentro de toda diversidade de suas organizações familiares e culturais (Gergely & Watson, 1996 apud Rochat 2002 p.240). Tal espelhamento se trataria assim de uma troca afetiva bidirecional em que o adulto imitaria e refletiria de maneira exagerada os estados afetivos do bebê, sugerindo assim, o sentido afetivo como a manifestação mais própria da imitação humana. Nesse sentido acrescentamos que esse sentido afetivo também refletiria as relações de ser anteriormente citadas que, como também já apontado, são pertinentes a uma intencionalidade própria que se destacaria no âmbito dessas experiências da corporeidade humana compartilhada, como a imitação.

Um outro aspecto presente no âmbito dos estudos analíticos que nos propomos a destacar e que apresenta correspondências com essa condição originária de intercorporeidade da experiência é aquele que se refere à investigação de Freud sobre o caráter da “realização fantasmática do desejo” presente na produção onírica dos sujeitos. Condição que foi designada por Freud pelo termo *Wunscherfüllung*. É ressaltada nesse contexto a posição singular que a identificação ocupa no sonho da paciente de Freud, embora Ribeiro aponte que o psicanalista aposte em um sentido oculto para o conteúdo onírico e tome a perspectiva do sujeito sonhador em sua leitura desse fenômeno. Por outro lado, o autor ressalta a importância do caráter que considera obrigatório no contexto da dramatização e da presença do eu na fantasia que é a presença da identificação nos processos inconscientes (Ribeiro, 2000 p. 231).

O autor busca destacar, nesse sentido, que a realização fantasmática do desejo nunca se contenta com uma simples reprodução do objeto da satisfação, mas “se vale invariavelmente de uma cena na qual seus protagonistas, seus *dramatis personae* se apresentam. Não apenas a fantasia acarreta invariavelmente uma *mise-en-scène*, mas convoca, de forma igualmente invariável, a presença do eu” (Borch-Jacobsen, 1982 p. 35, grifos originais do autor). Assim Borch-Jacobsen analisa a da produção onírica da seguinte maneira:

Não se trataria, portanto, de uma simples limitação da gramática muito especial utilizada pela língua onírica para traduzir (*übertragen*) e dissimular os pensamentos latentes do sonho, como Freud dá a entender, mas sim um traço fundamental da fantasia de desejo (*Wunschphantasie*), que seria originária e irremediavelmente dissimuladora, já que sempre é “trabalhada” pela relação de semelhança. Borch-Jacobsen sintetiza seu ponto de vista sobre as relações entre a fantasia e a semelhança afirmando que “a *lexis* da fantasia é a *mimesis* - pelo

menos se pudermos atribuir a essa palavra o sentido exato que Platão lhe dava no livro, *A República*". A conclusão de que a *mimesis* é consubstancial à *Wunscheifüllung* conduz Borch-Jacobsen a propor uma explicação para a ausência, nas análises de Freud, de uma formulação clara do desejo e de sua insistência em simplesmente revelar seu objeto. Isso se deveria ao fato de que a realização de desejo "ocorre nessa cena deslocada, nessa *andere Schauplatz*, onde eu sou sempre um outro", e onde "a afinidade se transforma instantaneamente em identidade"(Borch-Jacobsen, 1982 p. 35).

Tais considerações apontam para um entendimento da identificação onírica, que caberia, dessa forma, não apenas para a condição singular que é esta da produção fantasmática dos sonhos, mas remeteria, segundo o autor, a todas as formações do inconsciente, uma vez que assinala que "todas as vezes, o eu confunde seus traços com os de um estranho, e nesta indistinção do eu e do ele reside a condição necessária de toda *Wunscherfüllung*" (Borch-Jacobsen, 1982 p. 38). Verificamos assim, a partir dessas descrições feitas acima, que a perspectiva psicanalítica situa o inconsciente como campo em que essa condição original de *Ineinander* se manifestaria de maneira mais evidente.

#### **5.4. Indivisão e *mimesis* no contexto da identificação feminina primária**

Retomando as descrições sobre a condição infantil inicial Rochat destaca que a partir desse jogo de espelhamento afetivo face-a-face entre bebê e adulto nasceriam as rotinas, rituais e outras formas de protoconversações dentro das quais cada um dos protagonistas se reencontraria e se identificaria. O autor busca acentuar, dessa forma, que seria nesse contexto que o bebê descobriria o seu ser interpessoal uma vez que esse espelhamento social permitiria à criança se objetivar se projetando para fora de sua esfera "privada", sobre a tela e a caixa de ressonância oferecidas pelo adulto.

Ribeiro (2000 p. 273) avança em referência a esse quadro de menções ao ressaltar o aspecto de feminilidade presente na situação de interação descrita uma vez que acentua que a criança e a mãe são, nesse contexto, "as duas faces de uma mesma relação de penetração, na qual não se distinguem o penetrante e o penetrado, pois, no jogo especular das imitações, a criança se imita ao imitar a mãe" (Ribeiro, 2000 p. 273). Para o autor, isso quer dizer o que a feminilidade da mãe é transmitida para a criança pela imitação que ela (a mãe) faz do infantil, por meio da tradução corporal (gestos, jeitos, toques, sons, afetos) daquilo que o contato com a criança induz nela e que ela não sabe que é um derivado de sua própria sexualidade recalcada.

Dessa forma, seria no âmbito dessas interações de interpenetração e de espelhamento acima descritas que permitiriam ao bebê realizar uma diferenciação entre o que refletiria seus próprios comportamentos e aqueles que exprimiriam os estados próprios do outro. Ou seja, tal circunstância colocar-se-ia como período relevante na diferenciação e discriminação do bebê de sua perspectiva interna e externa. Tal condição é posta pelos autores aqui tratados como fundamental para a ascensão do sujeito enquanto portador de uma vida oficial que, a partir de então, deixa de ser apenas um si disperso na dimensão corporal passando a tomar posse, conforme vimos indicando no andamento do trabalho, de sua dimensão pessoal. RCHAT pontua, dessa forma, que esse processo guiaria a criança na direção da contemplação de si no outro.

Salienta-se, em uma aproximação aos pontos destacados para essa parte do trabalho anteriormente listados, que tal condição de interpenetração contemplaria, dessa forma, o primeiro aspecto assinalado como pertinente a um conjunto de decorrências de um processo identificatório com a figura materna através de uma condição de sedução. O primeiro aspecto que destacamos, dessa forma, é aquele de uma possível reorganização e ressignificação do esquema corporal através da relação de penetração mútua da criança e da mãe, o qual expressaria o trânsito de uma condição de indistinção generalizada para aquela de uma indistinção entre a criança e o representante materno.

Tal condição, situar-se-ia, assim, no limiar entre a indistinção e a distinção, ou seja, como base para o aporte de outros mecanismos que consolidariam essa posição de distinção. Ribeiro comenta que estes mecanismos se tratariam de elementos mais ativos, aos quais relacionou aqueles da introjeção e projeção, que reproduziriam no psiquismo os movimentos corporais de incorporação/expulsão que se colocariam como marcadores mais vigorosos dessa distinção.

Em sequência a essas considerações propõe-se destacar algumas particularidades adicionais referentes a essa relação de individuação e que não foram citadas pelo autor. Assim apontamos como considerações adicionais para o entendimento do processo de individuação nesse contexto a possível articulação entre a noção de apego de Bowlby e o estabelecimento de um vínculo com o próprio corpo, sua subjetivação, pois consideramos que tanto a noção de identificação feminina primária como a acima citada de apego dialogam e apresentam diferentes perspectivas de leitura sobre o mesmo fenômeno. Nesse sentido, para contextualizar essa possível articulação retomaremos a caracterização que Bowlby realiza sobre o apego, de modo a evidenciar em que consistiria sua especificidade. Assim temos que Bowlby (1969 p. 235) o designa da seguinte forma:



O apego designa um vínculo de afeto específico de um indivíduo com um outro. O primeiro vínculo é geralmente estabelecido com a mãe, mas ele pode também ser acompanhado de vinculações com outros indivíduos. Uma vez estabelecido, o apego uma vez formado, tem por natureza a duração e não a contingência, como é observada no caso da dependência, em que o vínculo é mantido, geralmente pelas exigências de uma situação.

Ou seja, embora o elemento de vinculação específica já tenha sido explicitado ao abordarmos a identificação feminina, a noção de apego também acentua seu caráter de duração que o distingue de outros tipos de relação como aquelas de caráter contingencial ou de dependência. Bowlby, ao supor que a predisposição à vinculação pelo apego seja considerada como parte de um sistema inato de vinculação à mãe, parece ressaltar o caráter de permanência que a relação mimética assume no contexto da identificação feminina, assim como quando diz que essa tendência está ancorada em uma estrutura neurofisiológica e se constitui como uma disposição original e permanente em procurar a relação com o outro, parece ressaltar esse caráter de fronteira que este vínculo assumiria entre o domínio biológico e social.

Na esfera comportamental além dos elementos acima descritos de interpenetração e imitação compulsiva, Bowlby (1969), baseando sua teoria nos estudos etológicos, acentua outros marcadores que também estariam presentes nesse contexto, ele enumerou cinco padrões de comportamento (sucção, abraço, choro, sorriso, ação de seguir), que se estabeleceriam dentro do período de idade que vai dos 9 aos 18 meses propondo que esses padrões se organizariam em um sistema de regulação e equilíbrio, tendendo a manter a criança em proximidade à mãe.

Assim, dadas essas descrições sobre o conceito de apego, propõe-se que, juntamente com o estabelecimento de um vínculo de afeto específico de um indivíduo com um outro, tal como a circunstância do apego oportuniza, este evento também se trataria da realização de um investimento afetivo no corpo. Propondo uma aproximação entre as teorias de Bowlby e Wallon, Gaudron (2007 p. 145) aponta como convergência entre elas sobretudo a importância inicial dada à figura materna, para Bowlby em termos de monotropia, ou seja, a tendência que esta figura de apego teria em ocupar uma primazia sobre as outras figuras apontando para uma relação de reciprocidade entre a individuação própria e a individuação dos vínculos afetivos, o outro se tornando por decorrência, também individualizado, e para Wallon como órgão organizador da psique da criança.

No entanto, Gaudron (2007 p. 142) pontua que Bowlby tende a limitar o aspecto relacional do sujeito ao vínculo materno, estabelecendo este como um sistema linear e

binário, comentando que Bowlby, de alguma forma se utiliza da dimensão social apenas como um lugar necessário para a construção do vínculo de apego. Gaudron (2007 p. 148) aponta que a dimensão social não tem a mesma definição nem ocupa o mesmo lugar para os autores em questão, pois, para Wallon, o social, embora inclua o aspecto relacional, estende-se para além deste, abrangendo também a perspectiva institucional e cultural.

Dessa forma, para Wallon o social não se resumiria apenas a um objeto de análise, mas a um verdadeiro campo de engajamento e compreensão das relações humanas. A título de ilustração dessa conexão do relacional ao campo mais alargado do social proposto por Wallon, Zazzo (1978), conforme apontado por Almeida (2014), identifica na obra de Wallon três tipos de outro: primeiramente, refere-se àqueles com os quais o indivíduo interage concretamente nas relações interpessoais; além desse, o outro também é referido como conceito geral, que engloba todos os outros em sua pluralidade; e, por fim, o outro íntimo ou socius, que é considerado como o parceiro constante, permanente do Eu na vida psíquica.

Sobre este último aspecto do Outro, ele também é nomeado por Wallon como “fantasma do outro”, que seria um outro - duplo do eu, o segundo termo de um par insolúvel, companheiro permanente do eu, que na teoria walloniana possuiria o papel de intermediário ou de articulação entre o mundo interior e o mundo concreto do ambiente (Wallon, 1956/1975 p. 169). Propomos aqui que este outro, designado como socius, poderia fundamentar-se como o precipitado dessa relação diádica e mimética inicial pela identificação feminina e pelo apego. Pois, segundo Gaudron (2007 p. 145), este outro poderia ser identificado, no início da vida psíquica, à figura de apego de que Bowlby fala, acrescentando o fato de que na teoria walloniana, caberia à criança ao mesmo tempo internalizá-la para se diferenciar.

Dada essa descrição, procuraremos a partir desta, destacar o segundo aspecto que identificamos no contexto da experiência mimética e identificatória infantil, ou seja, aquele em que a *mimesis* passa a atuar através de um aspecto produtivo, em que tal produção expressaria um investimento afetivo. Como já pontuado anteriormente, esse processo seria deflagrado através de um processo identificatório com o representante materno, que passaria a expressar uma condição narcísica em que haveria formação da imagem corporal e a decorrente objetivação do sujeito.

O aspecto que pretendemos destacar, dessa forma, corresponde ao contorno que a *mimesis* adquiriria no contexto da identificação feminina primária, aquele em que esta permitiria ao bebê assumir uma imagem a partir de um compartilhamento de afeto

desenvolvido no jogo imitativo com os outros. Encontramos correspondências a esse propósito em Whitney (2018 p. 41), uma vez que a autora destaca que, se seguirmos essa leitura da imagem corporal e sua intercorporeidade em seus prolongamentos, encontraremos um sentido mais profundo em que as primeiras experiências do outro, ou seja, da alteridade feita pela criança, condiciona a assunção da imagem corporal.

A autora também ressalta essa circunstância ao pontuar que a ressonância mimética que constrói o narcisismo no estágio do espelho teria um precedente nas descrições de Merleau-Ponty sobre o comportamento imitativo pré-individual, bem como na ressonância mimética que a criança observa entre o cuidador adulto e a imagem especular deste (Whitney, 2018 p. 40). Nesse sentido temos a descrição de Merleau-Ponty em que o filósofo explica “*mimesis* ou mimetismo” como “o poder da assunção” (Merleau-Ponty, 1964 p. 145). O filósofo argumenta que esse poder se sustentaria através de uma “impregnação postural” (Merleau-Ponty, 1964 p. 145), ou seja, “da experiência do que eu imito como um duplo”.

Salientamos dessa forma, que o caráter produtivo da *mimesis* se revelaria, nesse contexto, através da composição de um investimento afetivo, ou seja, essa expressão se manifestaria através de um caráter ‘narcisizante’. Esta condição tomaria forma, assim, através da mútua-invasão, a qual pode ser situada como uma interpenetração de corpos, tal como descrita anteriormente por Ribeiro (2000). Tal condição se desenvolveria em um nível mais profundo, uma vez que permitiria à criança lançar-se para fora de si, através de uma identificação profunda com o outro.

Ainda no contexto dessas considerações, Ribeiro destaca que esse processo identificatório produtivo performado pela *mimesis* no âmbito da relação vincular materna trata-se de um processo de co-produção, visto que em seu ponto de vista tal processo envolveria uma relação entre duas produções de estados subjetivos e não entre duas pessoas devidamente representadas no psiquismo uma da outra.

Dessa maneira, de acordo com a perspectiva apresentada por Ribeiro (2000 p. 274), a criança seria “modelada ao ser identificada à potência modeladora que ela própria involuntariamente induz no corpo e no psiquismo da mãe”. O autor pontua que, nesse registro mimético, a distinção entre objeto de amor e objeto de identificação perde completamente o sentido, uma vez que “o objeto libidinalmente investido participaria da produção desse investimento”, pelo qual ele é, “ao mesmo tempo, profundamente afetado, ou seja, ele participa da produção daquilo que vai produzi-lo, induz aquilo que vai induzi-lo” (Ribeiro, 2000 p. 274).

Assim o autor destaca que, pensada em termos de *mimesis*, a relação de penetração entre a mãe e o bebê não se trataria de uma simbiose ou uma indiferenciação, no sentido de simples interdependência ou de mistura de dois que tende à homogeneização, mas, e é esse ponto que queremos destacar nesse contexto e que aponta para a especificidade da relação mimética no campo da identificação feminina primária, é aquele de que esta relação é uma verdadeira relação de individuação, em que o Ser se constitui ao ser identificado à sua própria produção pelo outro (Ribeiro, 2000 p. 274).

Tais proposições levam a considerar, dessa forma, que o processo de incorporação do dentro no fora se daria, assim, através da produção de si no outro. De acordo com as reflexões aqui propostas, identifica-se a possibilidade de que essa condição seja induzida pelos aspectos afetivos e sexuais pertinentes à organização desejante do esquema corporal. Uma vez que Merleau-Ponty parece ver no desejo o princípio animador do esquema corporal, um esquema que ele situa como sempre inacabado, uma vez que aponta que este encontra-se “num eterno circuito de incorporação (projeção introjeção), ou seja, que visa, primeiramente outrem” (Merleau-Ponty, 2000 p. 349).

Propõe-se, dessa forma, que esse processo produtivo deflagrado pelo vínculo amoroso presente na relação materna, se estabeleceria como uma determinação permanente do sujeito, manifestando-se como um contínuo processo de subjetivação. Tais proposições encontram eco nas reflexões de Merleau-Ponty, visto que o filósofo pontua que esse esquema corporal é fundamentalmente intercorporal, vivendo em apelo perpétuo por outros esquemas, pois se intrincaria com eles. Em Saint-Aubert, também encontramos reflexões sobre a posição de Merleau-Ponty nesse sentido:

intrincação que alguns manuscritos irão rebatizar de *Ineinander* Merleau-Ponty é assim, o mais próximo de Schilder, definindo o esquema corporal como um “sistema de equivalências entre o dentro e o fora” e caracterizando justamente o desejo como “busca do dentro no fora e do fora no dentro” (Aubert, 2001, p. 348)

Merleau-Ponty descreve o esquema corporal dessa forma enquanto promotor de uma promiscuidade e o que possibilitaria o desejo no tecido carnal de outrem. E de acordo com as pontuações de Manzi (2016 p. 287), é “pela circunstância de sermos corpo, que desejamos outros corpos; que desejamos participar da sua carne, ou seja, de viver numa promiscuidade com eles”. Salientamos que o processo de produção de si, enquanto sujeito e de sua dimensão corporal enquanto corpo próprio favoreceria uma sedimentação desse deslocamento de si em direção ao outro.

Essa não coincidência é considerada, no entanto, pela perspectiva de um desvio dado ao investimento afetivo, ou seja, circunstância que favoreceria a este tomar essa ou aquela direção, manifestando-se, dessa forma, como uma espécie de prolongamento de o meu sentir no sentir de outrem. De acordo com Manzi (2011 p. 94), tal perspectiva é posta não só como uma projeção-introjeção do meu corpo no outro, mas um *prolongamento* do sentir em outrem (grifos originais do autor). Nesse sentido, o autor retoma as colocações de Merleau-Ponty em seus cursos sobre a Natureza (1957-60/2000) em que o filósofo trata dessa condição de prolongamento do sentir pela perspectiva da dimensão corporal concernente a um corpo estesiológico em que ressalta o seu caráter de não coincidência:

Isso não nos diz de uma analogia e sim de um entrelaçamento entre eu e outrem: uma solidariedade ou vínculo recíproco apesar de não coincidente – adesão que não significa que somos um, mas um mesmo que se diferencia por écart. Não há assim coincidência, mas apenas um bom erro: “o que há, não é uma coincidência de princípio ou presuntiva e uma não-coincidência de fato, uma verdade desagradável ou faltante, mas uma não-coincidência privativa, uma coincidência ao longe, um desvio, e algo como um “bom erro” (Manzi, 2011 p. 94).

Tal processo pode ser considerado, dessa forma, como a produção de si através da diferenciação, que seria descrito, no contexto das perspectivas aqui discutidas, como aquele da identificação, uma vez que no quadro das proposições aqui assumidas este é considerado como estando relacionado ao momento de formação do ego. Esse segmento psicológico e afetivo se fundaria, dessa forma, na possibilidade de compreensão em profundidade do outro e no descentramento originário da experiência como já exposto. Apoiando-se nessas reflexões em torno da *mimesis*, pode-se propor a possibilidade de que esta, tal como considerada nas argumentações aqui desenvolvidas, apresente-se como o fundo comum para a expressão do âmbito das identificações e dos elementos presentes na imitação, pois observa-se em ambas as condições a característica de “ser o outro” ou “um é o outro” posta como propriedade destacada da *mimesis*.

No entanto, pontuamos que o que distinguiria a imitação da identificação parece ser o aspecto produtivo da *mimesis*, o qual se manifestaria através de um investimento afetivo em si através da indução de uma produção de si pelo outro. Como já comentado, de uma produção pela diferenciação. Ao nos determos nesse âmbito das identificações, pontuamos que na perspectiva psicanalítica tal como apresentada por Freud a identificação é considerada como a forma primeira, e mais originária, do laço afetivo com um objeto (Freud, 1921/1990), possuindo assim destacada relevância para a gênese do ego, uma vez que, pela via da identificação, a criança aspiraria configurar o próprio ego

à semelhança do outro, tomado como seu modelo. Assim, para Freud, a identificação marcaria a eleição do objeto visto que, embora o psicanalista defenda a existência de um ego rudimentar, um fraco ego desde o início da vida da criança, este adquiriria uma remodelação a partir das primeiras identificações que realiza durante o complexo de Édipo.

Nesse sentido Merleau-Ponty pontua que a relação entre a criança e o adulto é uma relação singular de identificação, uma vez que a criança veria seu destino em seus pais, ela se tornará como eles. Dessa forma o filósofo identifica que há na criança uma tensão particular entre o que ainda não pode existir (de acordo com o modelo) e o próprio modelo. Referindo-se assim, não há uma metafísica da libido aqui, mas uma capacidade de adesão absoluta na criança, uma capacidade de se identificar com um dos pais e amar o outro (Merleau-Ponty, 1949-52/2010 p. 378)

Tal condição se fundamentaria, dessa forma, através de um “devotamento à diferenciação intracorpórea”, e não à semelhança ou coincidência, como é posta a descrição de Merleau-Ponty do narcisismo nas leituras de Whitney (2018 p. 16) sobre as conferências de Merleau-Ponty em seus cursos sobre a infância na Sorbonne. Pode-se comparar esse processo com aquele que Merleau-Ponty descreve como uma deiscência do corpo, ou seja, uma não coincidência, mas uma passagem, um hiato, que faz com meu corpo, ao se dirigir ao outro, se abra em dois, se rache em dois. O filósofo utiliza como exemplo dessa condição de deiscência presente no interior do próprio corpo aquela do tocar e o ser tocado, pontuando que dentro dessa experiência não há coincidência ou uma justaposição, e sim invasão (Merleau-Ponty, 2000 p. 162).

### **5.5. A assunção do corpo próprio pela via da imagem corporal.**

O surgimento desse corpo intersubjetivo pela via do esquema corporal coincidiria, dessa forma, nas análises de Whitney (2018), com o advento do corpo próprio. A autora considera, do mesmo modo, que a descrição que Merleau-Ponty realiza sobre este corpo próprio, se trata de uma versão do estágio do espelho. Colocação que procura fundamentar no seguinte trecho de seu artigo:

porque uma vez que a criança assume um sentido vivido de seu corpo como localizado a um certo ponto do espaço visível e incorpora esse corpo visível como uma borda na reflexividade experimentada dos sentidos, que a criança terá sido capaz “de limitar sua própria vida para si mesma”, (Merleau-Ponty, 1964 p. 135) aceitando e incorporando os limites do corpo visível como articulação entre

espaço interno e externo, assumindo então os limites do que pode ser sentido por dentro e visto por fora. (Whitney, 2018 p. 23, tradução nossa).

Assim, surge nas considerações de Whitney a indicação de que o esquema corporal se constitui como elemento de destaque para o desenvolvimento de capacidades robustas de distinção qualitativa entre os espaços e movimentos interior-exterior/self-outro. No entanto, a autora argumenta, em consonância com as colocações de Merleau-Ponty, que seu funcionamento depende de nunca liquidar completamente a experiência da infância de indistinção.

Nesse sentido, a autora segue pontuando que Merleau-Ponty contrasta Lacan e Wallon em suas conferências, explicando que o estágio do espelho para Lacan, como já pontuamos acima, trata-se de uma identificação, no sentido pleno, que a análise dá ao termo: ou seja, a transformação que ocorre no sujeito quando ele assume uma imagem. Enquanto que para Wallon, no entanto, o reconhecimento da imagem especular é uma ocasião para um desenvolvimento intelectual da compreensão da criança sobre o corpo próprio (Whitney, 2018 p. 26, grifos originais do autor). Portanto, para Lacan o reconhecimento da imagem especular *realiza uma transformação* no corpo e na psique favorecendo a assunção de um corpo próprio.

Modificando a descrição de Wallon para incluir a compreensão de Lacan da assunção afetiva da imagem, Merleau-Ponty oferece assim, um relato em que o sentimento de posse do próprio corpo pela criança é produzido através de sua incorporação afetiva de seu corpo como visto, a imagem visível de seu corpo no espelho. Assim, na leitura de Merleau-Ponty sobre a agora familiar abordagem lacaniana do narcisismo do estágio do espelho, é a satisfação da criança em sua interação e brincadeira com o espelho que fornece a força de sua identificação com o corpo visível. A imagem corporal refere-se, portanto, como antecipado anteriormente, a uma reestruturação do esquema corporal e não a uma estrutura fenomenológica independente. Essa leitura faz sentido na descrição de Merleau-Ponty do caráter pré-individualizado ou “indistinto” da percepção infantil em termos de dois estágios ou funções do esquema corporal.

## **6. Considerações Finais**

Através das descrições da experiência infantil inicial apresentadas neste trabalho é possível destacar a presença do esboço de um processo subjetivação, o qual, conforme buscamos salientar, seria sustentado pela experiência afetiva do recém-nato, ou seja,

baseado no sentimento amoroso. Verificamos, assim, que a experiência subjetiva do bebê é inicialmente sustentada por funções anônimas e caracterizada por uma experiência de generalidade enraizada em uma intencionalidade corporal, expressa nomeadamente através de um “Si” corporal.

Essa intencionalidade comporia de maneira destacada a manifestação afetiva infantil inicial, caracterizando-se, sobretudo, através de um “egocentrismo”, experiência que é apontada nas considerações de Bimbenet (2002) como aquela de uma abertura radical da criança ao mundo. Nesse sentido ressaltamos, baseando-nos nas reflexões apresentadas por Merleau-Ponty e demais autores que aqui trabalhamos e que fizeram apontamentos sobre esse contexto, que esse egocentrismo seria fundado em uma relação de *Ineinander*, ou seja, de inerência e de mútua penetração de corpos entendida como uma experiência de indistinção baseada em uma intercorporeidade.

Encontramos evidências dessa circunstância sobretudo no âmbito das imitações neonatais (Meltzoff e Gallager, (1996; Wallon, 1959; Bimbenet, 2011), dado que estas apontam para um caráter não funcionalista e de identificação em profundidade com o outro em suas performances, indicando a presença de um descentramento originário, o qual, em nosso ponto de vista, contribuiria para o estabelecimento das relações de apego e a instauração de uma vinculação do corpo do sujeito com certo contorno ou forma como o seu lugar próprio.

Nesse sentido, baseando-nos nomeadamente nas contribuições de Ribeiro (2000), encontramos a proposição de que tais fenômenos seriam sustentados por uma “*mimesis*”, visto que esta expressaria uma relação de ser dentro de uma perspectiva ontológica em que a alteridade tem destaque. Assim, conforme o que foi apresentado, Ribeiro (2000) pontua que o advento do processo de identificação feminina primária se daria através de um processo identificatório do bebê com o representante materno, destacando-se nesse contexto a apresentação que realiza do conceito de “*mimesis*”, que consideramos como um elemento teórico elucidativo no sentido de descrever a atuação do investimento afetivo presente na composição do corpo próprio.

Ressalta-se, ainda nessa perspectiva, o destaque que o conceito de prematuração adquire nas descrições de Merleau-Ponty (1949-52/2010), Bimbenet (2002) e Lacan (1984) sobre esse contexto expressando uma relação ao mesmo tempo de um exterior constitutivo do interior em que a ênfase recai nas relações da criança com o adulto, nomeadamente com a mãe como aquela da ampla flexibilidade de posicionamentos e de antecipação feita pela criança em relação aos papéis da vida adulta.



Assim, juntamente às contribuições de Merleau-Ponty em suas pontuações sobre o “transitivismo” e a “indivisão” encontramos na “*mimesis*” a expressão de uma potência atuante no estabelecimento de uma condição narcísica favorecedora da formação da imagem corporal na experiência infantil e a decorrente assunção da criança enquanto sujeito portador de uma vida oficial e ser capaz de constituir o “mundo humano que cada um se faz” para então “poder encerrar-se no ambiente particular de um amor ou de uma ambição” (Merleau-Ponty, 1945/1999 p. 125).

### **Referências Bibliográficas**

Almeida, A. R. S. (1999). *A emoção na sala de aula*. Campinas, São Paulo: Papyrus. (Coleção Papyrus Educação).

Arantes, V. A. (2003). *Afetividade na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus Editorial.

Barbaras, R. (2016). *Le désir et le monde*. Hermann.

Bimbenet, E. (2002). Les pensées barbares du premier âge: Merleau-Ponty et la psychologie de l'enfant. *Chiasmi International*, 4, 65- 86.

Bimbenet, E. (2004). Nature et humanité: le problème anthropologique dans l'oeuvre de Merleau-Ponty. Paris: Vrin.

Bimbenet, E (2011). *L'animal que je ne suis plus*. Editions folio essais – Gallimard.

Bleichmar, S. (1994). *A fundação do inconsciente: destinos de pulsão, destinos do sujeito*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Borch-Jacobsen, M. (1982). *Le sujetfreudien*. Paris: Aubier-Aammarion.

Bowlby, J. (1969). *Attachment and Loss*. London: Hogard Press.

Cenami-Spada, E., Aureli, P., Verbeek, P., & De Waal, F. (1995). The self as a reference point: Can animals do without it? In: Rochat, P. (Ed.) *The Self in Infancy: Theory and Research*. (pp. 193-220). Amsterdam: North-Holland, Elsevier Publishers.

Dillon, M. C. (1978). Merleau-Ponty and the Psychogenesis of the Self. *Journal of Phenomenological Psychology* 9, no. 1/2: 84-98.

Falabretti, E. S. (2016). Desejo, corpo e intencionalidade na Fenomenologia. *Pensando – Revista de Filosofia*, Vol. 7, Nº 14.

Ferenczi, S. (1974). Confusion de langues entre les adultes et l'enfant. In *Psychanalyse N*. Paris: Payot. (Original publicado em 1932).

Filho, O. F. (2006). Natureza, Individuação E Logos Em Merleau-Ponty. *Veritas*. Porto Alegre v. 51 n. 2, p. 37-54.

Freud, S. (1990). Psicologia das massas e análise do ego. In: Freud, S. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. v. 18. Rio de Janeiro: Imago, p. 89-179. (Original publicado em 1921).

Freud, S. (2016). Estudos sobre a Histeria (1893-1895). In: Freud, S. *Obras Completas*. v. 2. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1952).

Furlan, R. (2016). O erotismo na filosofia de Merleau-Ponty. In: CAMINHA, Iraquitan de Oliveira; NÓBREGA, Terezinha Petrucia. (Org.). *Compêndio Merleau-Ponty*. 1ed. São Paulo: LiberArs. v. , p. 283-300.

Furlan, R. (2017). A importância da discussão sobre a noção de sujeito: Foucault, Sartre, Merleau-Ponty. *Educ. Pesquisa*.

Gallagher, Shaun and Andrew Meltzoff (1996). “The Earliest Sense of Self and Others: Merleau-Ponty and Recent Development Studies.” *Philosophical Psychology* 9, no. 2: 211-233.

Gaudron, Z. C. (2007). John Bowlby et Henri Wallon : des chevauchements possibles. Dans *L'attachement, de la théorie à la clinique*. Toulouse, France: ERES (pp. 83-88).

Gergely, G., & Watson, J. S. (1996). The social biofeedback theory of parental affect-mirroring: The development of emotional self-awareness and self-control in infancy. *International Journal of Psycho-Analysis*, 77(6), 1181-1212.

Humpich, J. (2015). *L'émouvoir comme support de la sensibilité: Contribution théorique et phénoménologique à la compréhension de la dimension de l'émotion et de l'affectivité dans le paradigme du Sensible*. Tese de Doutorado, Universidade Fernando Pessoa, Porto. Acesso em: <http://www.cerap.org/sites/default/files/public-downloads/doctorats/Th%C3%A8se%20Jean%20Humpich%20dec15%20vol2.pdf>

Husserl, E. (1950). *Idées directrices pour une phénoménologie* (P. Ricoeur, Trad.). Paris: Gallimard (Original publicado em 1913).

Lacan, J. (1984). Les Complexes familiaux dans la formation de l'individu. Essai d'analyse d'une fonction en psychologie, Navarin éditeur, Paris, p. 31.

Laplanche, J. (1993). Court traité de l'inconscient, *Nouvelle Revue de Psychanalyse*. Paris: Gallimard, V. 48, pp. 69-96.

Laurenti, C.; Lopes, C. E.; Araújo, S. F. (orgs.) (2016). *Pesquisa teórica em psicologia: aspectos filosóficos e metodológicos*. São Paulo: Hogrefe CETEPP.

Maclaren, K. (2008). Embodied Perceptions of Others as a Condition of Selfhood: Empirical and Phenomenological Considerations. *Journal of Consciousness Studies* 15, no. 8: 63-93.

Manzi, R. F. (2011). O Inconsciente como sentir – Uma interpretação de Merleau- Ponty. *Revista Digital AdVerbum* 6 (1): Jan a Jul de 2011: pp. 89-102.

Manzi, R. F. (2016). O corpo estesiológico: uma indivisão entre o dentro e o fora na filosofia de Merleau-Ponty. In: CAMINHA, Iraquitã de Oliveira; NÓBREGA, Terezinha Petrucia. (Org.). *Compêndio Merleau-Ponty*. 1ed. São Paulo: LiberArs. v. , p. 283-300.

Marion J. L. (2012). D'un Phénomène Érotique. In: Alter (2012). Editions J. Vrin, n° 20.

Meltzoff, A. N., & Moore, M. K. (1994). Imitation, memory, and the representation of persons. *Infant Behavior and Development*, 17, 83-99.

Merleau-Ponty, M. (1964). "The Child's Relations with Others." *The Primacy of Perception*. James Edie, ed., William Cobb, trans. Evanston: Northwestern University Press: 96-155.

Merleau-Ponty, M. (1988). *Merleau-Ponty à la Sorbonne*. Dijon: Cynara.

Merleau-Ponty, M. (1999). *A Fenomenologia da Percepção*. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1945).

Merleau-Ponty, M. (2000). *A Natureza. Curso do Collège de France*. São Paulo: Martins Fontes.

Merleau-Ponty, M. (2006). *A Estrutura do Comportamento*. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1942)

Merleau-Ponty, M. (2010). *Child Psychology and Pedagogy: The Sorbonne Lectures 1949-1952*. Evanston, Illinois: Northwestern University Press.

Mota, M. E. (2005). Psicologia do Desenvolvimento: uma perspectiva histórica. *Temas em Psicologia*, Vol. 13, no 2, 105 – 111

Oliveira, M. K. de. (1992). O problema da afetividade em Vygotsky. In: La Taille, Y. ; Dantas, H.; Oliveira, M. K. de. (1992). *Piaget, Vygotsky e Wallon: teorias psicogenéticas em discussão*. São Paulo: Summus Editorial Ltda.

Ribeiro, P. C. (2000). *O problema da identificação em Freud: recalçamento da identificação feminina primária*. Editora Escuta.

Rochat, P. (2002). Naissance De La Co-Conscience. In: Andrieu, B. (2010). Philosophie du corps: Expériences, interactions et écologie corporelle. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin.

Saint-Aubert, E. (2001). Sources et sens de la topologie chez Merleau-Ponty. In : *Alter - La pulsion*, vol, 9. Paris : Alter.

Scheler, M. (2003) *Nature et formes de la sympathie. Contribution aux lois de la vie affective*, Payot (Petite bibliothèque), Paris, p. 48. (Original publicado em 1971).

Schilder, P. (2014). *The Image and Appearance of the Human Body*. Routledge (Original publicado em 1950).

Sisto, F. F.; Boruchovtch, E. & Fini, L. T. D. (2001). *Dificuldades de Aprendizagem no contexto psicopedagógico*. Petrópolis: Vozes.

Tassoni, E. C. M. (2000). *Afetividade e aprendizagem: a relação professor aluno*. Anuário 2000. Gt Psicologia da Educação, Anped.

Verissimo, D. S. (2011). Merleau-Ponty e a psicologia infantil: análises da psicogênese em Wallon. *Psicol. estud.* vol.16 no.3 Maringá July./Sept.

Vieira, M. G. (2014). Investigações sobre afetividade em Merleau-Ponty: contribuições para uma ética, política e psicologia fenomenológico-existencial. Tese de Doutorado, FFCLRP-USP, Ribeirão Preto. Acesso em:  
<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-01102014-163519/pt-br.php>

Wallon, H. (1959). Le rôle de l'autre dans la conscience de soi, *Enfance*, Paris, n. 3-4, pp. 279-286.

Wallon, H. (1975). Níveis e flutuações do eu. In H. Wallon. Objectivos e métodos de psicologia (pp.153-171). Lisboa: Estampa. (Originalmente publicado em 1956)

Welsh, T. (2006). “Do Neonates Display Innate Self-Awareness? Why Neonatal Imitation Fails to Provide Sufficient Grounds for Innate Self- and Other-Awareness.” *Philosophical Psychology* 19, no. 2: 221-238.

Whitney, S. (2018). Merleau-Ponty on the Mirror Stage: Affect and the Genesis of the Body Proper in the Sorbonne Lectures. Forthcoming in the *Journal of Phenomenological Psychology*.

Zazzo, R. (1978). O problema do Outro na psicologia de Henri Wallon. In R. Zazzo. *Psicologia e marxismo* (pp.55-66). Lisboa: Vega.